TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Belém – Pará
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca Benedicto Frade – Tribunal de Contas do Estado do Pará
P221p Pará. Tribunal de Contas do Estado do Projeto Político Pedagógico da Escola de Contas Alberto Veloso - Belém: 2024. 99p.il. 1 Projeto Político Pedagógico. 2 Planejamento. 3 Gestão 4. Governo Estado CDD 352

PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Presidente

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Vice-Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Corregedor

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Ouvidor

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Coordenador da Comissão para o Aperfeiçoamento de Mecanismos para o Desenvolvimento do Controle Externo

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior
Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência

Conselheira Daniela Lima Barbalho
Coordenadora da Comissão de Sustentabilidade e Meio Ambiente

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Julival Silva Rocha

Milene Dias Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Presidente

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Vice-Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Corregedor

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Ouvidor

Diógenes da Silva Fiorese
Chefe de Gabinete

Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão
Procuradora

José Tuffi Salim Junior
Secretário Geral

Ana Paula Cruz Maciel
Secretária de Controle Externo

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

Maria de Lourdes Carneiro Lobato
Secretária de Administração

Alice Cristina da Costa Loureiro
Secretária de Gestão de Pessoas

Lêda Mara Souza de Oliveira Monteiro
Secretária de Tecnologia da Informação

Andréa Pinheiro Xerfan
Secretária de Controle Interno

Antônio Carlos Sales Ferreira Junior
Secretário de Representação da Unidade Regional Santarém

Rafael Larêdo Mendonça
Secretário de Representação da Unidade Regional Marabá

Carmen Lúcia Dantas do Carmo
Diretora Geral da Escola de Contas Alberto Veloso

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

BIÊNIO 2023/2024

Carmen Lúcia Dantas do Carmo
Direção Geral da Ecav

Patricya de Souza Barbosa Maciel
Rodolfo Freire Moller Pingarilho
Fábio Antônio Pessoa Cebolão
Assistência da Direção Geral

COORDENAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEP)

Juliana Borges de Cantuaria
Coordenação

Ecleida Inocência Paes Carvalho
Eliana Ecila Gomes e Silva
Lúcia de Cássia Monge Calliari Porpino
Maria Cristina Pina Galvão Maués
Renise Xavier Tavares
Vanessa Galvão dos Santos
Equipe CEP

COORDENADORIA ACADÊMICA (CAC)

Maria Theresa Calado Lopes
Coordenação

Denise Lopes Crispino de Oliveira
Gisela Sisnando da Costa Pontes
Jorge Leonardo dos Santos Paes
Tatiana Farias dos Santos Gueiros
Wantuil Estevão de Souza Filho
Equipe CAC

COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO E INFORMAÇÃO (CATI)

Claudia Nilene Calado Lopes de Moura
Coordenação

Alda Maria Ferreira Correa Maciel
Ana Izabel Neves Siqueira
José Maria Franco Perdigão
Rita Helena Alves Pessoa
Oriana do Vale Bitar
Suzana Soares Costa de Oliveira
Adriana Olivier

Equipe CATI

GERÊNCIA DE EXPEDIENTE
Gerência
Juscelino da Silva Nascimento Júnior

Equipe
André José Araújo Vieira
José Admir Pombo Campos
Antônio Pedro Ferreguete Crispino

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Princípios para a revisão do PPP 22
Imagem 2. Equipe de elaboração do Planejamento Estratégico da Ecav: servidores da Ecav, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e Conselho Consultivo – 2020.....25
Imagem 3. Representação da matriz *SWOT* 26
Imagem 4. Grupo de trabalho reunido para construção do planejamento estratégico da Ecav 26
Imagem 5. Servidores reunidos para construção do planejamento estratégico da Ecav.....30
Imagem 6. Apresentação do Planejamento Estratégico da Ecav à Presidência e ao Conselho Consultivo – 2020.....30
Imagem 7. Missão, visão e valores da Ecav.....31
Imagem 8. Público-alvo das ações educacionais promovidas pela Ecav.....32
Imagem 9. Equipe Promoex do TCE-PA.....36
Imagem 10. Participação de servidores da Escola de Contas no primeiro evento para formação de servidores na implantação de EAD – Ensino à distância, no TCE do Rio de Janeiro – TCE-RJ, em 2011.....37
Imagem 11. Servidor da área de Tecnologia da Informação, Alberto Veloso, falecido em 2010.....38
Imagem 12. Logomarca oficial da Ecav escolhida por meio de certame realizado em 2010 38
Imagem 13. Inauguração da Escola de Contas em 2010.....39
Imagem 14. Inauguração da sala administrativa destinada ao funcionamento da Ecav no dia 8 de março de 2016.....40
Imagem 15. Inauguração das salas destinadas ao funcionamento da Ecav – dia 8 de março de 2016. 40
Imagem 16. Inauguração da Sala de Aula Professor Marco Antônio Nobre Pontes, com a presença de seus familiares, amigos e colegas de trabalho.....41

Imagem 17. Servidor do TCE-PA e Professor Marco Antônio Nobre Pontes – primeiro coordenador de ensino, pesquisa e extensão da Ecav, falecido em 2019. 41
Imagem 18. Sala da equipe pedagógica e administrativa da Ecav.....44
Imagem 19. Sala da Diretoria da Ecav 44
Imagem 20. Sala de aula da Ecav Marco Nobre Pontes 45
Imagem 21. Sala de informática do TCE-PA 45
Imagem 22. Auditório Ministro Elmiro Nogueira 46
Imagem 23. Registro fotográfico da Biblioteca do TCE-PA 47
Imagem 24. Biblioteca Ministro Benedito Frade 48
Imagem 25. S*ite* da Ecav 49
Imagem 26. Tela do Sistema Siga 50
Imagem 27. Ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* do TCE-PA 51
Imagem 28. Biblioteca digital do TCE-PA 51
Imagem 29. Tela do *Youtube* do TCE-PA 52
Imagem 30. Realização do Programa TCE Cidadão na Unidade Regional de Santarém 56
Imagem 31. Simpósio de Cidadania e Controle Social On-line 56
Imagem 32. Equipe participante do Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Pará (Cotegep) – 2018.....57
Imagem 33. Reunião do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do Instituto Rui Barbosa (IRB) no dia 31/04/2022.....58
Imagem 34. XIII EDUCONTAS, realizado em Maceió (AL), de 01 a 02 de setembro de 2022.....59
Imagem 35. Componentes do conceito de competência.....63
Imagem 36. Quadro comparativo com a definição das competências instituídas por Resolução no TCE- PA.....64
Imagem 37. Ambientação para Servidores Ingressantes – 2018.....70
Imagem 38. Gráfico com o número de escolas e alunos atendidos pelo Programa TCE Cidadão (nas Escolas) no período de 2013-2023.....74
Imagem 39**.** Gráfico com o número de estudantes da educação superior atendidos pelo Projeto TCE Cidadão (Universitário).....75

Imagem 40. Gráfico com o número de pessoas atendidas pelo Projeto TCE Cidadão (comunidade).....76
Imagem 41. Imagem dos facilitadores do Curso Combate ao Incêndio de 3 a 7 de fevereiro de 2020.....79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação de forças e fraquezas identificadas durante o processo de construção do planejamento estratégico da Ecav.....27

Quadro 2. Relação de oportunidades e ameaças identificadas durante o processo de construção do planejamento estratégico da Ecav.....28

Quadro 3. Planejamento financeiro no PPA do TCE-PA/Ecav.....53

Quadro 4. Quantitativo de as ações educacionais realizadas por Membros do TCE-PA no período de 2020 a 2023.....68

Quadro 5. Quantitativo de ações educacionais do PEC promovidas no período de 2020 a 2023.....69

Quadro 6. Quantitativo de ações educacionais promovidas aos servidores jurisdicionados do TCE-PA no período de 2020 a 2023.....71

Quadro 7. Quantitativo de ações de orientação aos controladores sociais promovidas no período de 2020 a 2023.....73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Acri - Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais

ACRP - Assessoria de Comunicação e Relações Públicas

Atricon - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

BSC - *Balanced Scorecard*

Cati - Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação

CAC - Coordenadoria Acadêmica

CEP - Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

DOE - Diário Oficial do Estado do Pará

Ecav - Escola de Contas Alberto Veloso

Enap - Escola de Nacional de Administração Pública

IES - Instituições de Nível Superior

IRB - Instituto Rui Barbosa

IOEPA – Imprensa Oficial do Estado do Pará

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

LNT - Levantamento de Necessidade de Treinamento

MEC - Ministério da Educação

MMD-TC - Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OGE - Orçamento Geral do Estado

PCCR - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPA - Planejamento Plurianual

PPGDDA - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Desenvolvimento da Amazônia

PPP - Projeto Político-Pedagógico

Promoex - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros

Proju - Procuradoria Jurídica

SEADM - Secretaria de Administração

Secex - Secretaria de Controle Externo

Secin - Secretaria de Controle Interno

Seger – Secretaria Geral

SEGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

SEPGE - Secretaria de Planejamento de Gestão Estratégica

Setin - Secretaria de Tecnologia da Informação

Siga - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Siabi - Sistema de Automação de Bibliotecas

SWOT - *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças)

TCE-PA - Tribunal de Contas do Estado do Pará

TI - Tecnologia da Informação

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **17**
INTRODUÇÃO **19**
1. O PLANO ESTRATÉGICO DA ECAV E A REVISÃO DO PPP **21**
1.1 Princípios para a revisão do PPP 22
1.2 Marco legal 22
1.3 O Plano Estratégico da Ecav: a escola que temos 24
1.3.1 Ambiente Interno 27
1.3.2 Ambiente Externo 28
1.4 O Plano Estratégico da Ecav: a escola que queremos 30
1.5 Objetivos 32
1.6 Público-alvo 32
2. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ECAV **34**
2.1 Histórico da construção da Escola de Contas do TCE-PA 34
2.2 O nome da Escola de Contas do TCE-PA 37
2.3 A Logomarca da Escola de Contas Alberto Veloso 38
2.4 Infraestrutura e Funcionamento da Ecav 39
2.5 Organização Administrativa da Escola de Contas do TCE-PA 42
2.5.1 Regimento interno 42
2.5.2 Estrutura organizacional 42
2.5.3 Infraestrutura e instalações 43
2.6 . Recursos financeiros da Ecav 52
2.7 Inserção regional da Escola de Contas Alberto Veloso 54
2.8 Trabalho em rede 57
2.8.1 Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Pará – Cotegep 57
2.8.2 Rede das Escolas de Contas (Reducontas) 57
2.8.3 Encontro Nacional das Escolas de Contas (Educontas) 58
2.9 Formação acadêmica de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* 59
3. REFERENCIAL PEDAGÓGICO DA ECAV **61**
3.1 Alinhamento do Plano de Educação Corporativa à Política e às Diretrizes de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA 61

3.2 A Gestão por Competências 62
3.3 Os Programas de Capacitação das unidades do TCE-PA 64
3.4 As Trilhas de Aprendizagem e Desenvolvimento na Plataforma *Moodle* 66
3.5 Os Planos de Educação 67
3.5.1 Plano de Educação Corporativa (PEC) 68
3.5.2 Plano de Capacitação dos Jurisdicionados (PCJ) 70
3.5.3 Plano de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs) 72
3.6 Metodologias de Ensino 77
3.6.1 Modalidades de oferta das ações educacionais 77
3.6.2 Capacitação na modalidade presencial 77
3.6.3 Capacitação na modalidade à distância 78
3.6.4 Capacitação na modalidade híbrida 78
3.6.5 O facilitador das ações educacionais 78
3.7 Participação do servidor nas ações educacionais 79
3.7.1 Requisitos para participação 79
3.7.2 Inscrição 80
3.7.3 Frequência 81
3.7.4 Certificação 81
3.8 Oferta das ações de capacitação 81
3.9 Avaliação 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS 83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 84
ANEXOS 92
ANEXO I – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL VIGENTE NA ECAV 92
ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E SETORIAIS DA RESOLUÇÃO Nº 19224/2020 93
ANEXO III – RELAÇÃO DE ACORDOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS ENTRE O TCE-PA/ECAV E OUTRAS INSTITUIÇÕES .99

APRESENTAÇÃO

Com satisfação, apresenta-se o Projeto Político-Pedagógico (PPP) revisado da Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav). Este documento reflete o compromisso e a dedicação da comunidade do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) em oferecer ações educacionais que promovam a capacitação, a qualificação e o desenvolvimento de competências dos servidores, membros, jurisdicionados, além de orientar os controladores sociais.

Um dos principais documentos norteadores do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino é o PPP. A elaboração do presente documento é um empreendimento coletivo e participativo, voltado para o aperfeiçoamento, crescimento e qualificação institucional da Ecav.

A revisão deste documento resulta do contínuo processo de aperfeiçoamento e evolução institucional da Escola, iniciado com a elaboração do PPP em 2015. Este projeto orienta as ações pedagógicas institucionais e permanece em constante (re)construção, com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino oferecido.

Institucionalmente, a existência e alinhamento do PPP se vinculam à Política e Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA (Resolução Nº 18.437/2013). A elaboração deste plano atende às diretrizes do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), presente em um dos indicadores de qualidade que são avaliados em ciclos bienais.

O projeto consolida informações essenciais sobre os aspectos pedagógicos, organizacionais e operacionais da Escola, enfatizando estratégias, contexto de atuação, natureza e demandas. Seu propósito primordial é orientar a estratégia educacional adotada pela Ecav, abrangendo a organização do processo educativo, delineamento metodológico e identificação de necessidades. Essa previsão visa fundamentar e viabilizar ações educacionais alinhadas aos objetivos do TCE-PA.

O PPP da Ecav parte da premissa de que o indivíduo deve alcançar um nível de maturidade e autoconhecimento que o sensibilize para a importância da

aprendizagem flexível, autônoma e contínua, visando ao desenvolvimento das competências essenciais para o sucesso da instituição em que atua. Este documento representa um instrumento teórico-metodológico de suma relevância, definindo as políticas para a organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino, direcionando as ações rumo à consecução da missão e dos objetivos institucionais. Mais do que uma mera formalidade burocrática, o PPP é composto por elementos de natureza política e filosófica que delineiam as aspirações para a condição humana e para a sociedade, estabelecendo os valores que a instituição abraça.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará reconhece a importância de que as iniciativas de orientação, capacitação e qualificação vão além da simples transmissão de conhecimento, buscando também fomentar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, estimular a criatividade, promover o respeito à diversidade, impulsionar a inclusão e incentivar a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Este documento não apenas busca orientar as ações e decisões cotidianas na Escola de Contas, mas também refletir o compromisso institucional contínuo com o aperfeiçoamento das ações ofertadas aos servidores, membros, jurisdicionados e cidadãos.

Agradecimentos são estendidos a todos os participantes do processo de elaboração deste documento.

INTRODUÇÃO

A constante evolução e complexidade das atividades de controle externo exercidas pelos Tribunais de Contas exigem uma capacitação e qualificação contínua e especializada de seus servidores. A fim de garantir a eficácia, eficiência e a qualidade dos serviços prestados, torna-se essencial a implementação de uma política de educação corporativa alinhada aos princípios e objetivos institucionais. Considerando que a Escola também promove ações de capacitação a servidores de órgãos jurisdicionados ao TCE-PA e ações de fomento ao controle social à sociedade em geral, reforça-se a importância de sua atuação como agente promotor do desenvolvimento de competências fundamentais para o fortalecimento do controle externo e o aprimoramento da gestão pública.

Nesse contexto, é apresentado o PPP revisado da Escola como um instrumento direcionador, cujo objetivo é estruturar e orientar as ações educativas, proporcionando o aprimoramento das competências de todos os envolvidos no cumprimento das atribuições institucionais.

Elaborado em atendimento à Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, este PPP contém as informações sobre os aspectos históricos, pedagógicos, a organização e o funcionamento da Ecav, destacando seus programas e projetos de capacitação e qualificação em funcionamento.

Nesse sentido, o PPP enfatiza a necessidade de criar um ambiente colaborativo e interdisciplinar, onde o compartilhamento de conhecimentos e experiências seja um elemento central na construção de uma cultura organizacional de aprendizagem contínua. Dessa forma, a Ecav, por meio de seus programas de capacitação, cursos, oficinas, trilhas, palestras e outras atividades formativas, busca não apenas preencher lacunas de competências, mas também estimular a busca por soluções criativas e eficientes para os desafios do dia a dia institucional.

O documento está organizado em três capítulos. No primeiro, relata-se o processo de construção do plano estratégico da Ecav, como fonte para a revisão do atual do PPP. No segundo capítulo, trazemos o processo de constituição histórica, de identidade e organização institucional da Ecav. No terceiro capítulo, apresenta-se o referencial pedagógico de atuação da Escola, como uma unidade de educação

corporativa de um Tribunal de Contas Estadual que tem um compromisso com a excelência, a inovação tecnológica e o desenvolvimento contínuo, reafirmando seu compromisso e responsabilidades com a construção de uma sociedade que tenha acesso aos bens e serviços públicos com mais equidade e menos desigualdade.

1. O PLANO ESTRATÉGICO DA ECAV E A REVISÃO DO PPP

A Escola de Contas do TCE-PA foi criada em 30 de novembro de 2006, por meio da Resolução Nº 17.278 de 2006 e tem a missão de difundir conhecimentos para o aprimoramento do controle externo e fomentar o controle social, com vistas à efetividade da gestão dos recursos públicos.

A Escola promove cursos, seminários, congressos, simpósios, eventos, palestras, estudos e atividades similares, objetivando a capacitação, a qualificação, o aperfeiçoamento, o treinamento, a especialização dos serviços da Corte de Contas, dos agentes públicos e dos servidores de instituições públicas e privadas. De acordo com a Lei Orgânica Lei Complementar n. 81, de 26 de abril de 2012, foi classificada como uma unidade administrativa do Tribunal, subordinada diretamente ao Presidente, tendo como principais competências: promover ações de capacitação e qualificação profissional dos servidores do Tribunal; difundir conhecimentos aos gestores públicos; contribuir para a efetividade do exercício do controle externo.

No exercício de suas competências, a Escola vem construindo seu arcabouço pedagógico desde 2006, baseado em legislações como o Decreto do Governo Federal nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, norma atualmente revogada. Nesta perspectiva, o TCE-PA instituiu a Política e Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Corte de Contas, por meio da Resolução Nº 18.437, de 19 de março de 2013, estabelecendo, dentre outras finalidades, as diretrizes para o Plano de Educação Corporativa e plano de investimentos necessários à sua implementação. Outros documentos subsidiam o aparato pedagógico da Escola como o Plano de Capacitação de Jurisdicionados e o Plano de Orientação aos Controladores Sociais.

O processo de desenvolvimento da Escola de Contas, iniciado na gestão da Conselheira Lourdes Lima (2009/2010), foi consolidado no Plano de Gestão do Conselheiro Cipriano Sabino Junior (2011/2012 e 2013/2014), com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em 2015, que em seu bojo apresenta o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Educação Corporativa (PEC) e o Plano de Capacitação dos Jurisdicionados (PCJ), a Política de Remuneração do Corpo Docente da Ecav e a elaboração de proposta de ato normativo para definição

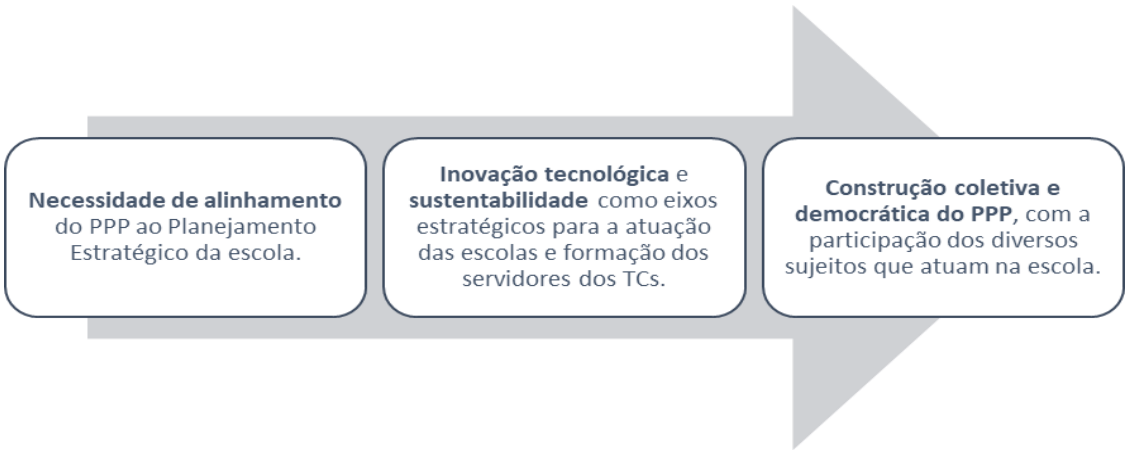
da estrutura e atribuições da Ecav (proposta aprovada pelo Tribunal Pleno em 8/4/2014, por meio do Ato nº 67/2014).

Conforme mencionado, a Escola desenvolveu seu PPP em 2015, como parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2021), cuja aprovação se deu por meio da Resolução nº 18.771, datada de 15/12/2015. Atualmente, o PPP passou por uma revisão, culminando no presente documento.

1.1 Princípios para a revisão do PPP

Em 2019 a Escola realizou o processo de construção coletiva de seu Plano Estratégico 2020-2025. Com base no diagnóstico que antecedeu a construção do plano, realizado junto aos servidores do TCE-PA e da Escola, procedeu-se à revisão do PPP. Para tanto, foram considerados como princípios a necessidade de alinhamento do PPP ao Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA, ao Plano Estratégico 2020-2025 da Escola, os princípios da inovação tecnológica e da sustentabilidade e a construção coletiva do documento.

Imagem 1. Princípios para a revisão do PPP



Fonte: Ecav/2024

1.2 Marco legal

Para embasar o processo de revisão do PPP da Ecav, foram considerados os marcos legais internos e externos, assim como legislações pertinentes à área da educação e capacitação profissional pelas Escolas de Governo. Dentre esses marcos, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o

Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA, o Plano Estratégico 2020-2025 da Ecav, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA, o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas - MMD-TC) - e a Lei de Licitações e Contratos.

Encontramos o aparato legal para a construção do PPP na Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 12 e 13, os quais atribuem aos estabelecimentos de ensino e aos docentes a incumbência de elaborar e executar, de forma democrática, seus projetos pedagógicos.

O PPP da Escola está alinhado com o MMD-TC, promovido pela Atricon, com o objetivo de que seja garantido o Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais mantendo o fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas "como essencial ao controle dos recursos públicos e à cidadania" e o estímulo à "transparência das informações, das decisões e da gestão das Cortes de Contas" (ATRICON, 2014).

No ciclo de avaliação 2024, a avaliação das escolas de contas se encontra no Domínio B que trata da Governança Interna. Especialmente no QATC 07, que versa sobre desenvolvimento profissional, encontram-se os itens 7.2 desenvolvimento e formação profissional e 7.3 Escolas de Contas.[1]

O Projeto também se encontra alinhado com a Política de Gestão por Competências, implementada por meio das Resoluções Nº 18.437/2013 e Resolução Nº 19.224/2020, conforme artigo destacado:

> Art. 5º. São diretrizes da Política de Educação Corporativa:
> I. incentivar a aquisição e o desenvolvimento das competências individuais e institucionais;
> II. promover ações de treinamento e desenvolvimento, em suas diversas modalidades, contemplando as competências individuais, gerenciais e institucionais;

O PPP também se encontra alinhado à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que no seu art. 173, instituiu deveres para as Escolas de Contas dos Tribunais de Contas, conforme artigo citado a seguir:

[1] Endereço eletrônico da Atricon MMD-TC < https://atricon.org.br/categoria/mmd-tc/>.

> Art. 173. Os tribunais de contas deverão, por meio de suas escolas de contas, promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei, incluídos cursos presenciais e à distância, redes de aprendizagem, seminários e congressos sobre contratações públicas (BRASIL, 2021).

Considerando o arcabouço normativo mencionado e a realização do planejamento estratégico da Ecav, procedeu-se à revisão do PPP. Ressalta-se que a construção do Plano Estratégico da Escola foi fundamental para promover a perspectiva democrática e participativa que a revisão do PPP exige, motivando a necessidade de a Escola revisar seu Projeto.

1.3 O Plano Estratégico da Ecav: a escola que temos

Diante dos desafios e perspectivas da Gestão Pública em adaptar-se às mudanças do mundo contemporâneo e com o intuito de atender às expectativas e às necessidades dos cidadãos, a Escola de Contas iniciou a elaboração de seu Plano Estratégico na gestão do Conselheiro Odilon Inácio Teixeira (outubro de 2019/2020), sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPGE), visando à qualidade do trabalho desenvolvido junto aos membros, servidores, jurisdicionados e sociedade.

O processo de elaboração do Plano foi iniciado em dezembro de 2019 e finalizado em fevereiro de 2020. Foram realizadas oficinas de trabalho e pesquisas com aplicação de formulários para os servidores da Ecav e demais unidades do TCE-PA.

Imagem 2. Equipe de elaboração do Plano Estratégico da Ecav: servidores da Ecav, Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e Conselho Consultivo – 2020.



Fonte: Acervo TCE-PA

A elaboração do Plano Estratégico 2020-2025 da Ecav teve como base metodológica o *Balanced Scorecard* (BSC), modelo que auxilia na mensuração do progresso da organização em relação ao alcance dos seus objetivos estratégicos, indicadores e metas.

Para realizar o diagnóstico dos ambientes interno e externo da Ecav foi utilizada a Matriz SWOT, cuja sigla vem de *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças). Em português é chamada de análise FOFA, correspondendo às iniciais no nosso idioma.

A ferramenta tem o objetivo de analisar o ambiente interno da instituição — fatores sob seu controle — para identificar suas forças e fraquezas, bem como o ambiente externo — fatores fora do controle do gestor — para identificar oportunidades e ameaças. Na prática, a matriz SWOT é ilustrada pela imagem a seguir:

Imagem 3. Representação da matriz SWOT



Fonte: https://www.agendor.com.br/blog/matriz-swot-como-fazer/

Para levantar as informações, os servidores das diferentes coordenadorias que compõe a escola foram mobilizados a participar do processo de planejamento estratégico da unidade.

Imagem 4. Grupo de trabalho reunido para construção do planejamento estratégico da Ecav



Fonte: Acervo TCE-PA

Na busca pelos dados que compõem o diagnóstico, observou-se que os participantes precisavam conhecer a escola, o contexto no qual se insere e as percepções dos diferentes segmentos sobre a unidade de ensino. Algumas questões foram fundamentais para esse processo de (re)conhecimento da escola: que escola existe e que escola se deseja? Em que contexto social a escola está inserida? Quais são e quem são os sujeitos que fazem parte da escola? O que esses sujeitos esperam, e o que buscam? Quais são as perspectivas de futuro da Ecav?

Partindo destas questões principais, um levantamento diagnóstico foi realizado pelos próprios servidores da Ecav, que divididos em 3 (três) grupos, identificaram os

fatores que favorecem ou prejudicam o desempenho da unidade e ao final definiram os itens de maior relevância.

Para buscar o alcance de sua missão de capacitar os servidores e gestores públicos, bem como fomentar o controle social, foi fundamental considerar as contribuições oferecidas pelos sujeitos que participaram do processo, como os servidores da Ecav e da SEPGE e membros do Conselho Consultivo, à época. A sistematização dos questionários apontou os seguintes elementos: ambiente interno (forças e fraquezas) e ambiente externo (oportunidades e ameaças).

1.3.1 Ambiente Interno

A análise do ambiente interno propiciou a identificação das forças e fraquezas que podem contribuir ou dificultar o êxito das ações da Ecav, permitindo a definição dos principais processos de trabalho, estrutura e recursos que precisam ser aprimorados para que se alcance os objetivos estratégicos da unidade.

Quadro 1. Relação de forças e fraquezas identificadas durante o processo de construção do planejamento estratégico da Ecav.

Forças
Oferta regular de cursos e eventos educacionais.
Plataforma de Educação à distância (EAD) implantada.
Fomento à formação acadêmica suplementar (especialização, mestrado e doutorado).
Estrutura de cargos e organograma interno adequado.
Quantitativo funcional suficiente.
Planos institucionais vigentes.
Disponibilidade de facilitadores e multiplicadores internos.
Disponibilidade orçamentária para execução das atividades.
Disponibilidade do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA).
Disponibilidade de Biblioteca Digital.
Existência de parcerias interinstitucionais para cumprir sua missão institucional.
Atuação como instrumento de aproximação e comunicação entre o TCE-PA e a sociedade, capacitando os jurisdicionados e fomentando o controle social.
Fraquezas
Plano Anual de Ações pouco efetivo.
Ausência e desatualização dos procedimentos normativos.
Ausência de laboratório de informática e defasagem de recursos tecnológicos.

Ausência de integração do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) ao Sistema de Gestão de Pessoas (SGP).
Website da ECAV desatualizado.
Baixa divulgação de atividades dos serviços da Biblioteca.
Baixa utilização do material bibliográfico disponível na Biblioteca nos cursos ofertados.

Fonte: Plano Estratégico da Ecav 2020-2025.

1.3.2 Ambiente Externo

Na análise do ambiente externo foram elencadas variáveis que poderiam representar oportunidades e ameaças à atuação da Ecav, destacando os elementos que, embora atuando fora da organização, são relevantes para a Escola.

Quadro 2. Relação de oportunidades e ameaças identificadas durante o processo de construção do planejamento estratégico da Ecav.

Oportunidades
Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino.
Elaboração de Plano Estratégico e fortalecimento do Plano Anual de Ações frente às demandas externas.
Aumento da integração de atividades entre a Ecav e as unidades de trabalho.
Atualização de procedimentos normativos.
Disponibilização de infraestrutura tecnológica.
Evolução e integração entre sistemas.
Ações de integração e fortalecimento da comunicação da Ecav e Biblioteca.
Aumento da integração de atividades entre a Ecav e a Biblioteca.
Ameaças
Ausência de mapeamento de competências e de definição de trilha de aprendizagem pelas unidades de trabalho.
Evasão ou baixa participação nos cursos.
Rotatividade de servidores impacta na profissionalização e padronização do trabalho da Ecav.
Ausência de previsão de concurso público para bibliotecários.
Baixa compreensão da missão da Ecav e dos fluxos internos pelas unidades de trabalho.
Pagamento esporádico dos facilitadores internos.
Indisponibilidade financeira para execução das atividades.
Indisponibilidade de recursos tecnológicos e sistemas.
Baixo acesso à Biblioteca Digital pelos servidores.
Mudanças na gestão governamental interna e externa.

Fonte: Plano Estratégico da Ecav 2020-2025.

Nesse processo de diagnóstico, os participantes contribuíram para a melhoria da atuação e aperfeiçoamento da Escola, oferecendo diversas sugestões. Entre as destacadas estão: ampliação da divulgação das ações educacionais promovidas pela Ecav, garantindo que todos os servidores tenham acesso às oportunidades de capacitação; maior comunicação e interação com os servidores para identificar suas necessidades específicas de aprendizado; e aumento de parcerias institucionais para expandir a variedade e qualidade dos cursos oferecidos, incluindo colaborações com instituições locais e nacionais para garantir a oferta de cursos mais relevantes para as atividades do TCE-PA.

Para atender às demandas específicas de cada área de atuação no Tribunal, a Escola se propõe a oferecer ações educacionais direcionadas e práticas, especialmente relacionados ao controle externo e à tecnologia da informação.

Foi considerada, também, a sugestão de realizar um mapeamento das lacunas de competências (conhecidos como gaps) nas unidades de trabalho, visando ofertar ações educacionais que contribuam para a redução dessas lacunas, essenciais para o desempenho das atividades e alcance dos objetivos institucionais.

Os participantes sugeriram a realização de um diálogo contínuo com os servidores para compreender suas dificuldades e necessidades de capacitação. Isso pode incluir a promoção de cursos voltados para atendimento ao público, comunicação e relacionamento interpessoal, visando aprimorar as habilidades dos servidores no desempenho de suas funções. Outras sugestões incluíram a oferta de cursos técnicos em auditoria operacional, orçamento e sistemas financeiros na prática, além de eventos de capacitação e pós-graduações em gestão para todas as classes de servidores.

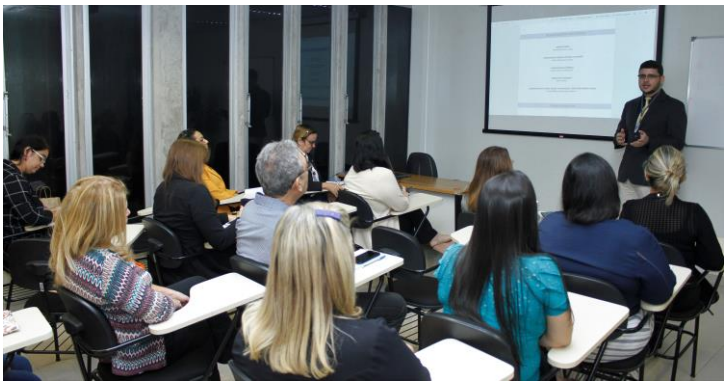
Adicionalmente, é essencial que a Ecav melhore a comunicação sobre os cursos ofertados, aumente a oferta de cursos práticos e relevantes para as atividades do TCE-PA e estabeleça parcerias estratégicas com outras instituições para garantir a excelência na capacitação dos servidores. Essas sugestões, baseadas nas contribuições dos próprios servidores do Tribunal, podem auxiliar a Ecav a aprimorar seus programas de capacitação e alinhar-se às necessidades de desenvolvimento de competências dos servidores do TCE-PA, bem como subsidiar

a intensificação das ações de capacitação dos jurisdicionados e de orientação aos controladores sociais.

1.4 O Plano Estratégico da Ecav: a escola que queremos

Em busca de consolidação de suas forças, aproveitamento de oportunidades e superação de ameaças e fraquezas, a Escola construiu seu Plano Estratégico com a visão de firmar-se como uma instituição de excelência no desenvolvimento de competências, junto ao seu público interno e no âmbito do Sistema de Tribunais de Contas.

Imagem 5. Servidores reunidos para construção do planejamento estratégico da Ecav



Fonte: Acervo TCE-PA.

Imagem 6. Apresentação do Plano Estratégico 2020-2025 da Ecav à Presidência e ao Conselho Consultivo – 2020.



Fonte: Acervo TCE-PA.

O Mapa Estratégico 2020-2025 da Ecav se subdivide em três Perspectivas: Resultados, Processos Internos e Recursos.

Na Perspectiva de Resultados, encontram-se dois objetivos estratégicos:

- intensificar ações de capacitação aos jurisdicionados;
- e de fomento ao controle social; aprimorar processos e procedimentos internos da Ecav.

Na perspectiva dos Processos Internos, encontram-se três objetivos estratégicos:

- ampliar as parcerias interinstitucionais da Ecav;
- fortalecer a integração e comunicação institucional da Ecav no TCE-PA;
- fortalecer a qualificação dos membros e servidores do TCE-PA.

Na perspectiva de Recursos, encontram-se três objetivos estratégicos:

- ampliar o uso de TI na Ecav;
- desenvolver as competências dos servidores da Ecav;
- aprimorar os instrumentos de planejamento institucional da Ecav.

Para alcançar os resultados de aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional, a Escola de Contas desenvolve suas atividades a partir de uma missão, visão, valores e objetivos, apresentados a seguir.

Imagem 7. Missão, visão e valores da Ecav



Fonte: Plano Estratégico da Ecav 2020-2025.

1.5 Objetivos

No que diz respeito à perspectiva de resultados, dois objetivos estratégicos concorrem para o alcance da missão institucional:

- Fortalecer a qualificação de membros e servidores do TCE-PA: intensificar a oferta de capacitação relacionada ao desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos membros e servidores do TCE-PA.
- Intensificar ações de capacitação aos jurisdicionados e de estímulo ao controle social: desenvolver ações específicas de capacitação aos jurisdicionados e fomentar a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos estaduais pela sociedade paraense.

1.6 Público-alvo

São público-alvo das ações educacionais promovidas pela Ecav: os membros, servidores, unidades jurisdicionadas e sociedade.

Imagem 8. Público-alvo das ações educacionais promovidas pela Ecav



Fonte: Plano Estratégico da Ecav 2020-2025.

Os membros são compostos pelos sete Conselheiros e quatro Conselheiros Substitutos do TCE-PA. Os servidores englobam aqueles que pertencem ao quadro funcional da instituição, abrangendo também os que ocupam cargos de liderança e

gestão. Os jurisdicionados referem-se aos servidores vinculados às unidades jurisdicionadas, como órgãos, autarquias e fundações, sujeitas à fiscalização do TCE em todo o território estadual. Já os controladores sociais são os cidadãos, os quais devem acompanhar e fiscalizar os atos da Administração Pública, a aplicação dos recursos públicos e a execução das políticas públicas.

2. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ECAV

Inserida no contexto de capacitação, formação e qualificação das escolas de governo da rede de contas e do controle externo brasileiro, a Escola de Contas Alberto Veloso tem como competências, entre outras, promover ações de capacitação e qualificação profissional dos servidores, membros e jurisdicionados, difundir conhecimentos aos gestores públicos e contribuir para a efetividade do exercício do controle externo.

A Escola dispõe de seu próprio regimento interno, promulgado por meio do Ato nº 67, de 8 de abril de 2014, e possui uma série de normativos, via resoluções e portarias, que se encontram listados no Anexo I.

Ao longo de seus 18 anos de atuação, a Ecav tem aprimorado seus objetivos de promover a capacitação e qualificação profissional dos servidores e membros do Tribunal, fortalecendo assim a função pedagógica de nossa Corte de Contas. Para ampliar sua oferta de capacitação, a Escola estabelece convênios, acordos e parcerias com órgãos jurisdicionados e instituições de ensino.

No que tange à capacitação de servidores e gestores públicos, as ações educacionais da Ecav concentram-se em programas específicos nas áreas de atuação do TCE-PA e da Administração Pública, com foco especial no controle externo, visando corrigir vícios recorrentes dos órgãos jurisdicionados e melhorar as prestações de contas e a gestão pública como um todo. No fomento ao controle social, o objetivo principal é dar aos cidadãos a oportunidade de refletir sobre seus direitos, incentivando-os a se tornarem agentes de fiscalização dos gastos públicos.

2.1 Histórico da construção da Escola de Contas do TCE-PA

Ao longo de sua história, o Tribunal de Contas do Estado do Pará tem se adaptado a diversas mudanças e regulamentações, consolidando seu compromisso primordial de supervisionar a gestão dos recursos públicos em prol da sociedade. A criação da Escola de Contas representa um avanço significativo nessa jornada, evidenciando o empenho contínuo do Tribunal em capacitar e aprimorar seus servidores, jurisdicionados e orientar os controladores sociais, alinhado aos seus valores e objetivos fundamentais. Nesse contexto, a Escola de Contas emerge como uma unidade colaboradora do TCE-PA, contribuindo para o desenvolvimento

contínuo do corpo técnico da instituição, dos agentes públicos e dos cidadãos em geral.

O marco legal para a criação de escolas nas instituições públicas foi a Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, estabelecendo que:

> Art. 39 - § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998).

Em relação às dimensões da educação profissional, a Emenda Constitucional nº 19/1998, estatuída no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, define que:

> Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Visando auxiliar os Estados, o Governo Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex (iniciado em 2006 e encerrado em 2012) realizou investimentos com recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos próprios Tribunais de Contas, com o objetivo de fortalecer o sistema de controle externo, pela integração nacional e modernização, principalmente por meio da capacitação de pessoal, introdução de novos procedimentos e sistemas organizacionais e investimentos em tecnologia da informação, com vistas à melhoria dos níveis de eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, contribuindo para a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Fruto da adesão do TCE-PA ao Promoex, no período da gestão do Conselheiro Lauro de Belém Sabbá (2005/2006), foi instituída por meio da Resolução Nº 17.278, de 30 de novembro de 2006, a Escola de Contas do TCE-PA, destinada a promover cursos, seminários, congressos, simpósios, eventos, estudos e atividades similares, objetivando a capacitação, a qualificação, o aperfeiçoamento,

a especialização dos serviços da Corte de Contas, dos agentes públicos e dos servidores de instituições públicas e privadas.

Imagem 9. Equipe Promoex do TCE-PA



Fonte: Acervo TCE-PA

Posteriormente, dentre as metas estabelecidas no Plano Estratégico 2008-2011, foi considerada a implementação da Escola de Contas como um projeto mais amplo de fortalecimento institucional. A Escola de Contas veio ao encontro da necessidade de orientar servidores, agentes públicos, jurisdicionados e a sociedade quanto às atribuições do TCE-PA no que se refere à: sua missão constitucional como órgão de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos recursos do Estado; sua função de orientação técnica aos agentes públicos e, ainda, sua função de orientar mediante a promoção de cursos sistematizados a correta aplicação dos recursos públicos.

No percurso das gestões dos Conselheiros Presidentes do TCE-PA Fernando Coutinho Jorge (2006-2008) e Maria de Lourdes Lima de Oliveira (2008-2010), a Corte de Contas criou o grupo de trabalho vinculado à Diretoria de Recursos Humanos (atualmente Secretaria de Gestão de Pessoas), para acompanhar o processo de criação da Escola de Contas, participando das reuniões técnicas e capacitações promovidas pelo Promoex, sob coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB)[2].

[2] É uma associação civil criada em 1973 com o objetivo de auxiliar os Tribunais de Contas no desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades. O IRB é conhecido por ser o “braço

Imagem 10. Participação de servidores da Escola de Contas no primeiro evento para formação de servidores na implantação de EAD – Ensino à distância, no TCE do Rio de Janeiro – TCE-RJ, em 2011.



Fonte: Acervo TCE-PA

2.2 O nome da Escola de Contas do TCE-PA

O processo de escolha do nome da Escola ocorreu por sugestão do Conselheiro Nelson Chaves e foi aprovado por unanimidade pelo Plenário do TCE-PA, durante a pauta administrativa da Sessão Plenária de 09/09/2010. Na ocasião, foi atribuído o nome da Escola de Contas do TCE-PA de “Alberto Veloso”, como forma de homenagear um servidor do Tribunal falecido, tendo sido formalizada por meio da Resolução nº 17.893, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará de 16/09/2010.

acadêmico” do Sistema de Controle Externo, em virtude da promoção de eventos, seminários, congressos, revistas técnicas, livros, e por este motivo é conhecido como “a casa do conhecimento dos Tribunais de Contas”. Fonte: https://irbcontas.org.br/institucional/.

Imagem 11. Servidor da área de Tecnologia da Informação, Alberto Veloso, falecido em 2010.



Fonte: Acervo TCE-PA

2.3 A logomarca da Escola de Contas Alberto Veloso

A Resolução Nº 17.893/2010, além de atribuir o nome à Escola, também autorizou a realização de concurso para a escolha da logomarca da Escola de Contas e o certame aconteceu sob a coordenação do Vice-Presidente do TCE-PA, que definiu a votação em três etapas e após o exame das 17 (dezessete) propostas, foi escolhida a finalista. No dia 30/09/2010, após a sessão plenária, o Presidente da Comissão Julgadora, Conselheiro Vice-Presidente Cipriano Sabino, apresentou a proposta vencedora de autoria do servidor Clewerson Castelo Branco de Queiroz.

Imagem 12. Logomarca oficial da Ecav escolhida por meio de certame realizado em 2010



Fonte: Acervo TCE-PA

2.4 Infraestrutura e funcionamento da Ecav

Foi elaborada proposta ao Regimento Interno do TCE-PA, em consonância com o Plano Estratégico 2008-2011, e o Plano de Gestão (2009-2010), para regularização e implementação do espaço físico da Escola de Contas no Tribunal. Por meio de realização de Pregão Eletrônico, foi possível a aquisição de imóvel com recursos próprios, por meio de processo legal, que possibilitou a reforma e adequação do primeiro prédio sede, localizado na Rua Rui Barbosa para a efetivação das atividades da Ecav.

Imagem 13. Inauguração da Escola de Contas em 2010.



Fonte: Acervo TCE-PA

Em 2016, na gestão do Conselheiro Luis Cunha (2015-2016), a Ecav passou a funcionar no prédio sede do TCE-PA, no Anexo II, 1º andar.

Imagem 14. Inauguração da sala administrativa destinada ao funcionamento da Ecav no dia 8 de março de 2016.



Fonte: Acervo TCE-PA

A mudança ocorreu considerando a expansão dos programas e projetos, com utilização do auditório Ministro Elmiro Nogueira e uma sala de aula, além do trabalho integrado com a Biblioteca Benedicto Frade. A inauguração ocorreu no dia 8 de março de 2016.

Imagem 15. Inauguração das salas destinadas ao funcionamento da Ecav – dia 8 de março de 2016.



Fonte: Acervo TCE-PA

Em 2019, o Tribunal, por meio da Resolução nº 19.095, de proposição do Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, aprovou a denominação da sala de aula da Ecav, “Professor Marco Antônio Nobre Pontes”, homenageando o servidor do TCE-PA e primeiro Coordenador de Pesquisa e Extensão da Ecav, falecido no mesmo ano.

Imagem 16. Inauguração da Sala de Aula Professor Marco Antônio Nobre Pontes, com a presença de seus familiares, amigos e colegas de trabalho.



Fonte: Acervo TCE-PA

Imagem 17. Servidor do TCE-PA e Professor Marco Antônio Nobre Pontes – primeiro Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ecav, falecido em 2019.



Fonte: Acervo TCE-PA

Em síntese, os registros mostram alguns momentos do processo de construção e desenvolvimento da Escola. As imagens são fonte de documentação visual, preservam a cultura escolar, podem ser fonte de pesquisa, aprendizado e ser fonte de conexão entre os diferentes sujeitos que construíram e constroem a história da Escola, preservando sua identidade institucional.

No tópico seguinte apresentamos a organização administrativa da Escola de Contas do TCE-PA

2.5 Organização Administrativa da Escola de Contas do TCE-PA

2.5.1 Regimento interno

Na gestão do Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Júnior (2013-2015), em 8 de abril de 2014, foi promulgado o Ato nº 67 que aprovou o Regimento Interno da Ecav, após discussão e votação pelo Tribunal Pleno.

O referido Ato apresenta em seu Capítulo I a natureza e competência da escola; no Capítulo II a estrutura e competências administrativas; no Capítulo III o funcionamento e Capítulo IV as disposições gerais, que conta com a seguinte estrutura administrativa: no Nível Consultivo – Conselho Consultivo e no Nível de Gestão a Diretoria Geral. A Diretoria Geral é composta pela Gerência de Expediente, Coordenadoria Acadêmica (CAC), Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) e Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação (Cati).

Em apoio à realização das ações educacionais da Ecav, no mesmo ano de 2014 foram criadas e aprovadas as Portarias de nº 28.743, em 8 de agosto, que trata da concessão de gratificação em virtude de atividades de docência, e a Portaria nº 28.907, de 8 de outubro, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados quando da solicitação e da promoção de eventos educacionais do TCE-PA.

2.5.2 Estrutura organizacional

A Escola de Contas conta com estrutura organizacional definida na forma do Ato nº 67/2014, art. 3º, contando com a seguinte estrutura:

- Conselho Consultivo (nível Consultivo)
- Diretoria-Geral (nível de Gestão)
    a) Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;
    b) Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação;
    c) Coordenadoria Acadêmica;
    d) Gerência de Expediente.

O Conselho Consultivo atua a nível de proposição de linhas de ação, orientação à diretoria e Presidência no cumprimento de suas atribuições, assessorar a Diretoria Geral na formulação, implementação e avaliação das estratégias de ação, dentre outras atividades. É composto de: um(a) Conselheiro(a), membro efetivo do Tribunal, escolhido pelo Plenário; um Conselheiro Substituto, escolhido pelo Plenário; o(a) Diretor(a) de Gestão de Pessoas; o(a) Diretor(a) da Escola de

Contas; e um(a) Servidor(a) efetivo(a) ocupante de cargo de nível superior, cuja escolha é feita pelo corpo funcional do Tribunal por eleição geral.

Já a Diretoria-Geral detém o nível mais alto de gestão na Ecav, cuja competência inclui o planejamento, coordenação, organização e execução de atividades administrativas da Escola, dentre outras. Possui as seguintes subunidades: Gerência de Expediente; Coordenadoria Acadêmica; Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão; e Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação, cujas descrições das atribuições encontram-se no Regimento Interno da Ecav.

2.5.3 Infraestrutura e instalações

A Ecav dispõe de espaços físico na sede do TCE-PA, situado à Tv. Quintino Bocaiúva, 1585, no bairro de Nazaré, em Belém, com funcionamento de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 14h. Para a oferta de ações educacionais presenciais pode estender seu horário de funcionamento até às 18h, de forma a atender as necessidades de desenvolvimento das ações presenciais ofertadas ao seu público-alvo. Além da estrutura física, a Ecav também dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem para dar suporte às atividades educacionais.

2.5.3.1 Estrutura física

O Tribunal de Contas dispõe de infraestrutura física apta para a condução das atividades acadêmicas e administrativas para a gestão da Escola de Contas. A seguir, constam os espaços físicos disponíveis, já construídos e em funcionamento.

A Escola de Contas tem sua sede administrativa no 1º Andar do Anexo IV do prédio sede do TCE-PA. Conta com uma sala dos servidores e sala da Diretoria.

Imagem 18. Sala da equipe pedagógica e administrativa da Ecav

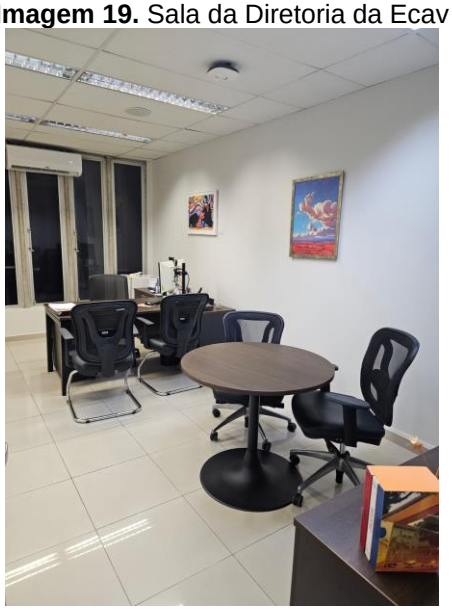


Fonte: Ecav 2024

Sala da Diretoria da Ecav

A sala da Diretoria da Ecav é refrigerada, composta por uma mesa de trabalho, armário baixo e uma mesa para reuniões.

Imagem 19. Sala da Diretoria da Ecav



Fonte: Acervo TCE-PA

Sala de Aula Marco Nobre Pontes

A sala de aula da Ecav tem capacidade para 35 pessoas. É refrigerada, possui janelas, projetor com tela, quadro branco, computador, câmeras, caixas de som.

Imagem 20. Sala de aula da Ecav Marco Nobre Pontes



Fonte: Acervo TCE-PA

Sala de Treinamento da Secretaria de Tecnologia da Informação

A sala de treinamento da Setin dispõe de 16 computadores para serem usados em duplas ou individualmente. É possível o acesso de até 32 usuários simultâneos. A sala é refrigerada e dispõe de projetor, tela, câmera e caixas de som. Todos os equipamentos possuem acesso à internet.

Imagem 21. Sala de informática do TCE-PA



Fonte: Acervo TCE-PA

Auditório Ministro Elmiro Nogueira

O auditório do TCE-PA dispõe de suporte completo multimídia (projetor, seis televisões de transmissão simultânea da projeção, sistema de som completo com PA's e mesa de som), refrigeração e iluminação adequadas e 150 assentos.

Imagem 22. Auditório Ministro Elmiro Nogueira



Fonte: Acervo TCE-PA.

Biblioteca Benedicto Frade

A Biblioteca do TCE-PA foi criada em novembro de 1970. Posteriormente, instalada no prédio sede do Palácio Inocêncio Serzedello Corrêa, a biblioteca passou a ser denominada de "Ministro Benedicto de Castro da Silveira Frade" por meio da Resolução Nº 15.766, de outubro de 1998.

Em comemoração ao Sesquicentenário de Inocêncio Serzedello Corrêa em 2008, foi inaugurado o Centro de Memória do TCE-PA buscando promover maior aproximação do TCE com a sociedade paraense. Desde então, a biblioteca passou a integrar esse espaço, contribuindo para o gerenciamento do acervo que começou a ser informatizado, utilizando o Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI), possibilitando aos seus usuários: consulta ao acervo, renovação e reservas de material bibliográfico via internet, entre outros.

Imagem 23. Registro fotográfico da Biblioteca do TCE-PA



Fonte: Acervo TCE-PA.

Em 2014, a partir da elaboração do Ato nº 67, que aprovou o regimento interno da Ecav, a biblioteca passou a ser vinculada diretamente à Ecav, com suporte da Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação (CAT), sendo responsável em registrar, classificar, catalogar, conservar e controlar o acervo bibliográfico do TCE-PA; elaborar, mantendo atualizado dentro de seus respectivos prazos, ementário, compreendendo legislações federal, estadual e municipal, bem como um ementário sobre jurisprudência e demais publicações que interessam ao Tribunal; atender e controlar pesquisas, consultas e empréstimos referentes ao acervo bibliográfico; manter intercâmbio com órgãos e entidades congêneres; selecionar, arquivar e conservar documentos de valor histórico; identificar a necessidade, junto às unidades do Tribunal, e planejar a aquisição de acervo bibliográfico; reunir e sistematizar documentos, bibliografias, iconografias, cine-vídeo fotografias e outros materiais e processos relacionados com a atividade desempenhada por este Tribunal de Contas. Em sua infraestrutura estão disponíveis três quiosques individuais, com disponibilização de internet para apoiar a pesquisa dos usuários internos e externos e atualmente administra, no TCE-PA, a Plataforma Digital Fórum – Conhecimentos Jurídicos.

A Biblioteca Benedicto Frade dispõe de obras sobre as atividades do Tribunal; disponibiliza os Diários Oficiais encadernados desde 1977 até fevereiro 2019 quando o mesmo se tornou eletrônico; possui obras de diferentes gêneros literários; e em acervo possui algumas obras raras de autores paraenses, como, por exemplo, A Cartografia da Região Amazônica de Isa Adonias, Editado no Rio de

Janeiro pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963; Obras Completas de Orlando Bitar, Fac-símile do Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1978.

Em uma de suas atividades, a biblioteca oferece o programa "Destaque da Sexta-feira", que consiste na criação de mídias de divulgação sobre o acervo disponível para consulta e empréstimo. Eventualmente, são realizados sorteios de livros para nossos servidores, com títulos variados.

A biblioteca também coordena um projeto de arrecadação de livros para doação a iniciativas externas, incluindo Maré do Saber (Marinha do Brasil), Portal do Conhecimento (Imprensa Oficial do Estado do Pará) e Usinas da Paz. Além disso, disponibiliza monografias e dissertações de servidores e membros que realizam pós-graduação.

A biblioteca possui um mezanino, cujo espaço permite a realização de atividades e espaço para leitura.

Imagem 24. Biblioteca Ministro Benedicto Frade



Fonte: Acervo TCE-PA

2.5.3.2 Estrutura virtual da Ecav

Além da infraestrutura física, a Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav) possui um site próprio que inclui o Catálogo de Ações Educacionais, oferecendo ações tanto da escola quanto de instituições parceiras. O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) e a plataforma Moodle são utilizados para a oferta de ações educacionais, tanto presenciais, a distância ou híbridas.

O programa TCE Cidadão, um projeto de extensão da Ecav voltado ao controle social, também dispõe de um portal dedicado a promover conhecimentos sobre as funções do TCE em escolas de ensino fundamental, médio e instituições de ensino superior. Além disso, a biblioteca da Ecav conta com um acervo virtual.

Endereço eletrônico da ECAV

A Escola de Contas dispõe de sítio eletrônico, cujo endereço é: http://www.tce.pa.gov.br/escoladecontas/. No site, estão disponíveis informações acerca do Manual de Procedimentos das Ações Educacionais; Catálogo de Ações Educacionais 2021; certificados on-line (emissão e validação); Quem Somos; Notícias; Eventos online; Normas; Equipe; Contato; Biblioteca; e *link* para o Siga, o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.

São listados no *site* os eventos educacionais, divulgados também no calendário de ações educacionais mês a mês.

Imagem 25. *Site* da Ecav



Fonte: Ecav/2024.

Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga)

O Siga é o sistema no qual os servidores, membros, servidores jurisdicionados e sociedade podem se inscrever nas ações educacionais promovidas pela Ecav, bem como obter certificação.

Imagem 26. Tela do Sistema SIGA



Fonte: Ecav/2024

Ao entrar com *login* e senha, é possível acessar o menu meu perfil, com os dados de cadastro; e a área do aluno, com as inscrições, emissão de certificados e validação de certificados.

Quando os alunos se inscrevem em alguma ação educacional, a sua frequência é computada pela Ecav via lista de frequência (presencial ou EaD). Havendo frequência o suficiente, é liberado ao discente o acesso à Avaliação da Ação Educacional, no menu Inscrições. O certificado só é liberado quando completada a avaliação da respectiva ação educacional, possibilitando a obtenção de *feedback* acerca das atividades da Ecav.

Plataforma EaD: Moodle

A Ecav dispõe de plataforma de Educação à Distância em funcionamento, com base na plataforma Moodle. Trata-se do acrônimo de "*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", um *software* livre, de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual. A plataforma está em constante aperfeiçoamento, ainda possuindo um catálogo de cursos em processo de expansão. O ambiente virtual de aprendizagem pode ser acessado pelo https://ead.tcepa.tc.br/.

Imagem 27. Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* do TCE-PA

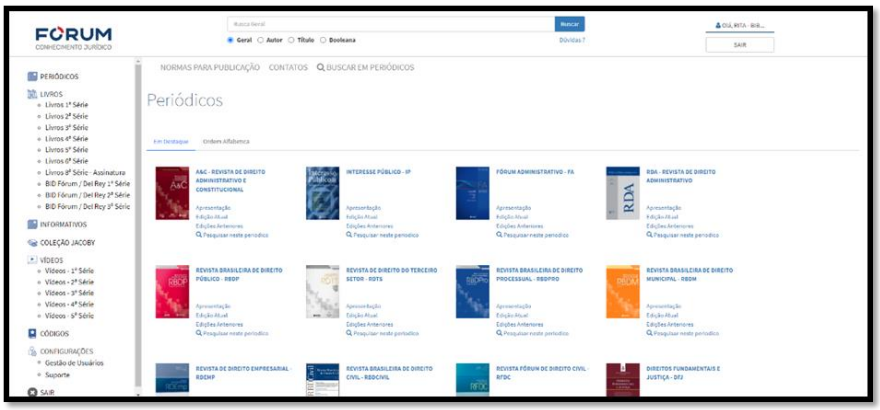


Fonte: Ecav/2024

Biblioteca Digital

O TCE conta com acesso para todos os servidores do banco de dados da Editora Fórum, que se trata de uma Biblioteca Digital contendo acervo de periódicos, livros, informativos e vídeos no tema do Direito. Pretende-se, futuramente, ampliar o acervo online a outras bibliotecas, dando mais acesso a conhecimento para os servidores da casa e discentes da pós-graduação da Ecav. O endereço do canal é o https://www.youtube.com/@ecavtce-pa1651.

Imagem 28. Biblioteca digital do TCE-PA

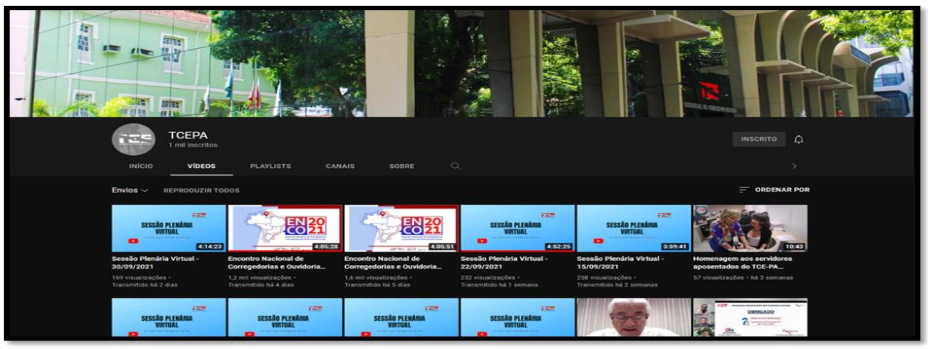


Fonte: Ecav/2024

Canais do TCE-PA e da Ecav no Youtube

O TCE-PA dispõe de canal do Youtube, no qual rotineiramente são transmitidas, ao vivo, as sessões plenárias desta Corte de Contas, para acesso livre dos internautas. Ademais, o canal hospeda eventos on-line regionais e nacionais, como por exemplo, o 10º Fórum do TCE-PA e Jurisdicionados e o Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil. O endereço do canal é o https://www.youtube.com/@tcepa1591.

Imagem 29. Tela do Youtube do TCE-PA



Fonte: Ecav/2024

A Ecav também possui um canal no mesmo *site*, especialmente elaborado para transmitir ações educacionais síncronas ofertadas pela Escola.

2.6 . Recursos financeiros da Ecav

A Ecav é unidade administrativa mantida pelo TCE-PA, que recebe recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE), consignados anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os recursos financeiros da Ecav para execução das suas ações são oriundos do Planejamento Plurianual (PPA) que é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população.

O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento. Nele

constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade etc.

No PPA da Ecav estão previstos projetos e atividades para: implementação de capacitação de membros e servidores, implantação do sistema de gestão acadêmica, gestão da escola de contas e da biblioteca do TCE-PA, capacitação de jurisdicionados, implementação de ações de fomento ao controle social.

As atividades de docência exercidas pelos servidores serão gratificadas por meio da Portaria Nº 28.743/2014, cujos recursos correspondentes serão contemplados no orçamento consoante à autorização da realização de cursos e ao respectivo calendário de oferta. Outras necessidades financeiras podem ser cobertas por outros projetos/atividades do OGE, a depender da finalidade do gasto e da alocação orçamentária.

Em 2023, e nos anos subsequentes, os recursos serão autorizados e viabilizados pelo respectivo OGE, aprovados anualmente.

Quadro 3. Planejamento financeiro no PPA do TCE-PA/Ecav

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE	2024	2025	2026	2027	TIPO DE AÇÃO
Implementação de capacitação de membros e servidores	Pessoa capacitada	Unidade	R$ 2.500.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 3.100.000,00	R$ 3.200.000,00	Atividade
Implantação de sistema de gestão acadêmica	Sistema implantado	Percentual	R$ 600.000,00	R$ 400.000,00	-	-	Projeto
Gestão da Escola de Contas e da Biblioteca do TCE-PA	Unidade gerenciada	Percentual	R$ 1.200.000,00	R$ 1.300.000,00	R$ 1.300.000,00	R$ 1.400.000,00	Atividade
Capacitação de jurisdicionados	Unidade jurisdicionada atendida	Percentual	R$ 2.200.000,00	R$ 2.200.000,00	R$ 2.200.000,00	R$ 2.200.000,00	Atividade
Implementação de ações de fomento ao controle social	Ação de fomento realizada	Percentual	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	Atividade
Total			**R$ 6.800.000,00**	**R$ 7.200.000,00**	**R$ 6.900.000,00**	**R$ 7.100.000,00**	-

Fonte: SEPGE/2024

Na implementação de capacitação de membros e servidores, estão previstas as despesas com capacitação de Conselheiros, Conselheiros Substitutos e servidores; despesas com a realização de palestras, oficinas, seminários e

participação em eventos; pagamento de passagens e diárias para participar de eventos de capacitação; pagamento de taxa de inscrição de eventos de capacitação; pagamento de passagens e diárias para palestrantes; pagamento de honorários de palestrantes e instrutores.

Na implantação do sistema de gestão acadêmica, estão previstas as despesas com a implantação do sistema de gestão acadêmica; despesas com a atualização da plataforma de EaD da Ecav; despesas com a contratação de consultoria e demais despesas correlatas para implantação do sistema.

No item Gestão da Escola de Contas e da Biblioteca do TCE-PA, estão previstas as despesas com a operacionalização da Ecav e da Biblioteca; despesas com a aquisição de livros físicos e digitais; despesas com contratação de consultoria (pessoa física); despesas com referência para classificação de informações e demais despesas correlatas.

No item capacitação de jurisdicionados, estão previstas as despesas com capacitação de jurisdicionados; realização de fóruns, palestras, oficinas, seminários, entre outros eventos aos jurisdicionados; pagamento de passagens e diárias para palestrantes/servidores; pagamento de honorários para palestrantes e instrutores.

No item implementação de ações de fomento ao controle social, estão previstas as despesas decorrentes das atividades do programa TCE-Cidadão (nível fundamental, médio e superior); despesas relativas às atividades e aos eventos com a finalidade de estimular o controle social; despesas com as atividades da Ouvidoria; despesas com passagens e diárias relativas a eventos desta natureza.

2.7 Inserção regional da Escola de Contas Alberto Veloso

O TCE-PA visando à expansão regional do alcance de suas ações e considerando os desafios oriundos das dimensões geográficas do Estado do Pará, criou as Unidades Regionais em Santarém e Marabá. As Representações são unidades de gestão subordinadas diretamente à Presidência, que tem por finalidade gerenciar e apoiar as atividades descentralizadas do Tribunal nas suas áreas de abrangência, facilitando o acesso dos jurisdicionados aos serviços desenvolvidos pela Corte de Contas e colocando à disposição dos municípios situados nas Regiões do Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Carajás, Lago Tucuruí, Araguaia e Rio Capim uma estrutura adequada para atender às necessidades e às orientações no que

tange aos aspectos técnicos e legais dos processos de prestações de contas, bem como à correta e transparente aplicabilidade dos recursos públicos estaduais.

Entre as suas competências estão: atender e orientar os jurisdicionados, bem como o público interessado quanto aos procedimentos relacionados ao funcionamento do Tribunal; agendar vistas aos processos para apresentação de defesa; receber e encaminhar ao setor competente prestações de contas, solicitações e expedientes diversos; dar suporte logístico às equipes de fiscalização; apoiar os eventos e cursos promovidos pelo Tribunal em sua área de abrangência; entre outras.

A Ecav, em parceria com os Secretários Regionais, é responsável por ministrar eventos de capacitação com temas relacionados à Gestão Pública, contribuindo para a qualificação dos gestores de instituições que recebem recursos oriundos do Estado e dos técnicos que atuam no controle interno, consultoria jurídica, recursos humanos e finanças e órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta. O Programa Conversando com o Controle Interno/Interiorização, que compõe o Plano de Capacitação dos Jurisdicionados, é um exemplo de ação descentralizada.

Com o objetivo de fomentar a transparência e o controle social, visando à construção de ferramentas que possibilitem ao cidadão fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, além das palestras do programa TCE Cidadão em escolas, universidades e organizações sociais, os Secretários regionais e demais servidores lotados em Santarém e Marabá, realizam anualmente o Simpósio de Cidadania e Controle Social. O simpósio é operacionalizado com a participação de instituições públicas que atuam na proteção e garantia de direitos nas Regiões do Baixo Amazonas e Carajás e da Rede de Escolas de Contas do Brasil, com apoio da Ecav.

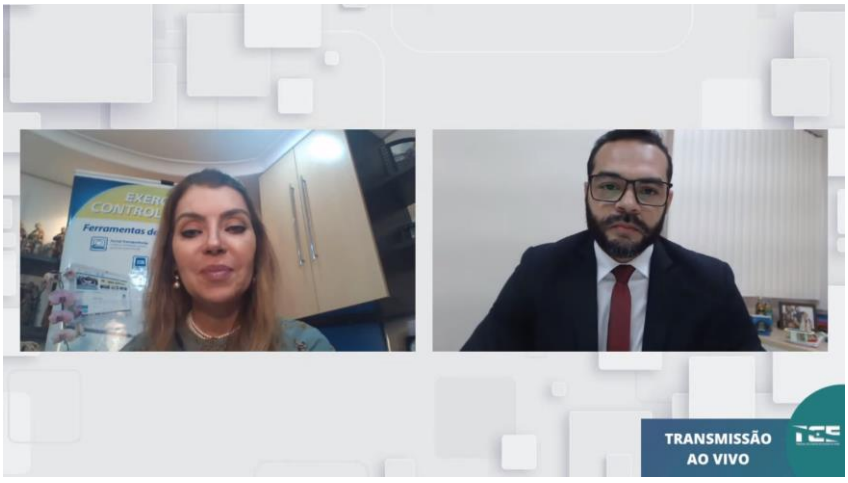
Imagem 30. Realização do Programa TCE Cidadão na Unidade Regional de Santarém



Fonte: Acervo TCE-PA

As ações educacionais da Ecav, inseridas na dinâmica de trabalho das Unidades Regionais, contribuem para a melhor orientação aos jurisdicionados na prestação de contas dos recursos estaduais, qualificando a execução da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e aprimorando o sistema de controle interno do Estado.

Imagem 31. Simpósio de Cidadania e Controle Social On-line: realizado em 13 de dezembro de 2021. Na foto o Secretário da Unidade Regional 2 – Marabá, Rafael Laredo e Dra. Cassyra Vuolo (TCE-MT).



Fonte: Acervo TCE-PA

2.8 Trabalho em rede

A Ecav, visando ao fortalecimento das relações institucionais, desenvolve projetos e/ou ações de cooperação em rede, firmando diversos Acordos de Cooperação Técnica e participando de reuniões e estudos de capacitação e intercâmbio de trocas de experiência e conhecimento. A seguir listamos as principais.

2.8.1 Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Pará – Cotegep

A Ecav participa desde 2016 do Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Pará – Cotegep, que se trata de parceria institucional entre escolas de administração pública das três esferas de governo no Estado do Pará e tem a proposta de viabilizar a ação cooperativa entre escolas de diferentes organizações, visões e missões, áreas de atuação, foco e escopo nos níveis de governo federal, estadual e municipal, com ações estratégicas. A busca coletiva por soluções adequadas para problemas comuns promove a economia de esforços e recursos.

Imagem 32. Equipe participante do Comitê de Trabalho das Escolas de Governo do Pará (Cotegep) – 2018.



Fonte: Acervo TCE-PA

2.8.2 Rede das Escolas de Contas (Reducontas)

A Rede das Escolas de Contas surgiu como um dos grupos de trabalho do Programa de Modernização do sistema de Controle Externo dos Estados (Promoex). O Programa foi baseado em cinco grandes frentes de ação, sendo uma delas a área de gestão de pessoas que englobava a capacitação de seu quadro técnico.

Em 2009, no III Encontro Técnico IRB/Promoex, o tema central foi “Educação Compartilhada”, e estimulou a criação do Grupo de Educação Corporativa – GEC, criado no âmbito do Promoex, em 2010, com o objetivo de promover a integração e a troca de experiências entre as unidades de educação corporativa dos Tribunais de Contas, visando ao desenvolvimento de ações compartilhadas e ao apoio às ações locais. Em 2010, realizou o 1º Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, nos dias 11 a 13 de agosto, no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE-MS, iniciando uma série de encontros e reuniões em fomento à capacitação dos servidores das escolas de contas.

Após a finalização do Promoex, o GEC se manteve ativo como uma rede colaborativa que manteve a realização anual dos Encontros das Escolas de Contas, antes denominado Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (Educorp), e agora denominado Encontro Nacional das Escolas de Contas (Educontas).

O Reducontas integra formalmente a estrutura organizacional do Instituto Rui Barbosa, por meio do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional que coordena a rede. Fazem parte da rede os representantes das Escolas de Contas e/ou unidades de capacitação de todos os Tribunais de Contas Brasileiros.

Imagem 33. Reunião do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do Instituto Rui Barbosa (IRB) no dia 31/4/2022, em Brasília-DF.



Fonte: Portal IRB/2022

2.8.3 Encontro Nacional das Escolas de Contas (Educontas)

O Educontas é o encontro das Escolas de Contas. A iniciativa do evento é das Escolas de Gestão dos Tribunais de Contas, com deliberação em Reuniões Técnicas da Rede de Escolas de Contas, promovidas pelo Comitê de

Aperfeiçoamento Profissional, sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB). A ação visa à interação de gestores e técnicos que atuam na educação profissional dessas unidades de ensino, a fim de compartilhar boas práticas na gestão educacional disponibilizadas aos servidores dos Tribunais de Contas, aos órgãos e entidades jurisdicionados e para a sociedade civil.

Imagem 34. XIII EDUCONTAS, realizado em Maceió (AL), de 1º a 2 de setembro de 2022.



Fonte: Acervo TCE-PA

2.9 Formação acadêmica de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*

O estímulo à qualificação dos membros e servidores do TCE-PA vem ganhando força, desde 2010, por meio da realização de parcerias entre o Tribunal e Instituições de Educação Superior para ofertas de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Considera-se que a qualificação dos servidores de um Tribunal de Contas não é apenas um investimento no desenvolvimento profissional individual, mas também a busca pelo aperfeiçoamento institucional no desempenho de sua missão, diante da crescente mobilização crítica e cobrança social por qualidade e eficiência nos resultados apresentados à sociedade paraense.

Nesse contexto, a educação continuada dos membros e servidores torna-se fundamental para o aperfeiçoamento e autodesenvolvimento. Assim, na gestão do Conselheiro Odilon Inácio Teixeira, em 2020, o TCE-PA retomou as tratativas para o fomento à Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com a realização de reuniões, elaboração de Acordo de Cooperação e

aprovação da Resolução nº 19.225/2020, referente à qualificação dos servidores do TCE-PA.

Em 2021, fruto da parceria entre o TCE-PA e a UFPA, foi ofertado aos servidores e membros o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA), no qual foram aprovados 12 servidores da nossa instituição.

3. REFERENCIAL PEDAGÓGICO DA ECAV

A Ecav busca promover, por meio da oferta de ações educacionais presenciais e à distância, uma cultura de aprendizagem autônoma, ativa, colaborativa, participativa e inovadora, proporcionando oportunidades de desenvolvimento profissional e trocas de experiências.

Nesse contexto, é fundamental que os participantes das ações estejam conscientes da importância de buscar constantemente o aprimoramento de suas competências tanto para o desenvolvimento pessoal quanto institucional. Para tanto, o Tribunal reconhece que as ações educacionais devem transcender a transmissão de conhecimentos, devendo abranger o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, estimular a criatividade, respeitar a diversidade e promover a ética e o compromisso com uma sociedade mais justa e sustentável. Assim, a ênfase no desenvolvimento contínuo dos servidores e demais beneficiários das ações da Escola está alinhada à Política e às Diretrizes de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA.

3.1 Alinhamento do Plano de Educação Corporativa à Política e às Diretrizes de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA

A Política de Gestão de Pessoas do TCE-PA é normatizada pela Resolução Nº 18.437/2013. No referido documento, fica estabelecido que o modelo de gestão de pessoas adotado no Tribunal é o de Gestão por Competências, sendo estas subdivididas em Competências Genéricas, Específicas e Gerenciais.

Posteriormente, foi aprovada a Resolução Nº 19.224/2020, a qual dispõe sobre a Matriz de Competências no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Neste normativo, por sua vez, são apontadas três categorias de competências: Organizacionais, Setoriais e Técnicas.

Embora à primeira vista as competências delineadas nas Resoluções Nº 18.437/2013 e Nº 19.224/2020 pareçam distintas, na realidade, elas se entrelaçam e se complementam dentro do contexto da Política de Gestão de Pessoas do TCE-PA.

O modelo de gestão por competências preconizado pela resolução inicial fornece uma estrutura ampla, classificando as competências em Genéricas, Específicas e Gerenciais. Essa abordagem permite uma compreensão abrangente

dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o bom desempenho no Tribunal. Por outro lado, a posterior Resolução Nº 19.224/2020, ao introduzir as categorias Organizacionais, Setoriais e Técnicas, proporciona uma subdivisão mais detalhada e adaptada à dinâmica interna da instituição. As Competências Organizacionais refletem os valores e a cultura institucional, enquanto as Setoriais se concentram nas necessidades específicas de cada área do Tribunal e as Técnicas abrangem o conhecimento técnico necessário para a execução das atividades.

Dentro deste cenário, faz parte do Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA a elaboração dos Programas de Capacitação das unidades de trabalho do Tribunal em consonância com a Política de Gestão de Pessoas, norteada pela gestão por competências.

3.2 A Gestão por Competências

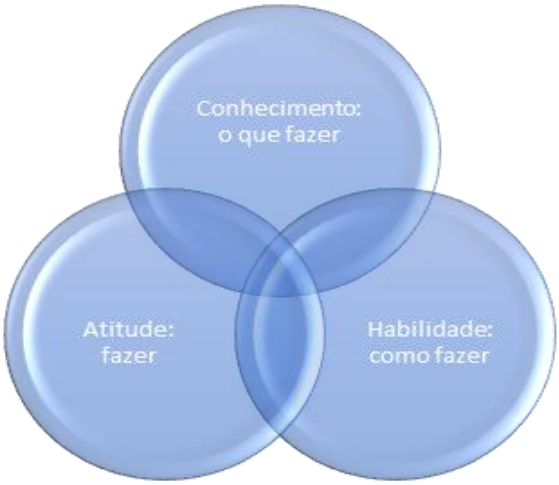
A Gestão por Competências constitui um modelo de gestão que se utiliza do conceito de competência para orientar diversos processos organizacionais, em especial os relacionados à gestão de pessoas (BRANDÃO, 2012, p. 8).

Este modelo é utilizado para planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências necessárias à consecução de seus objetivos (BITENCOURT; BARBOSA, 2004). Ele é composto por fases, que são conduzidas por diferentes instâncias que atuam coletivamente, desde o planejamento estratégico institucional, a gestão de pessoas e a unidade de desenvolvimento de competências.

O conceito de competência pode ser definido como um conjunto sinérgico de conhecimentos, habilidades e atitudes expressos no desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional. A competência deve ser descrita como um comportamento que a instituição espera do seu servidor; uma ação que se deseja que o profissional realize.

A imagem a seguir expressa a relação de interdependência dos componentes do conceito de competência.

Imagem 35. Componentes do conceito de competência.

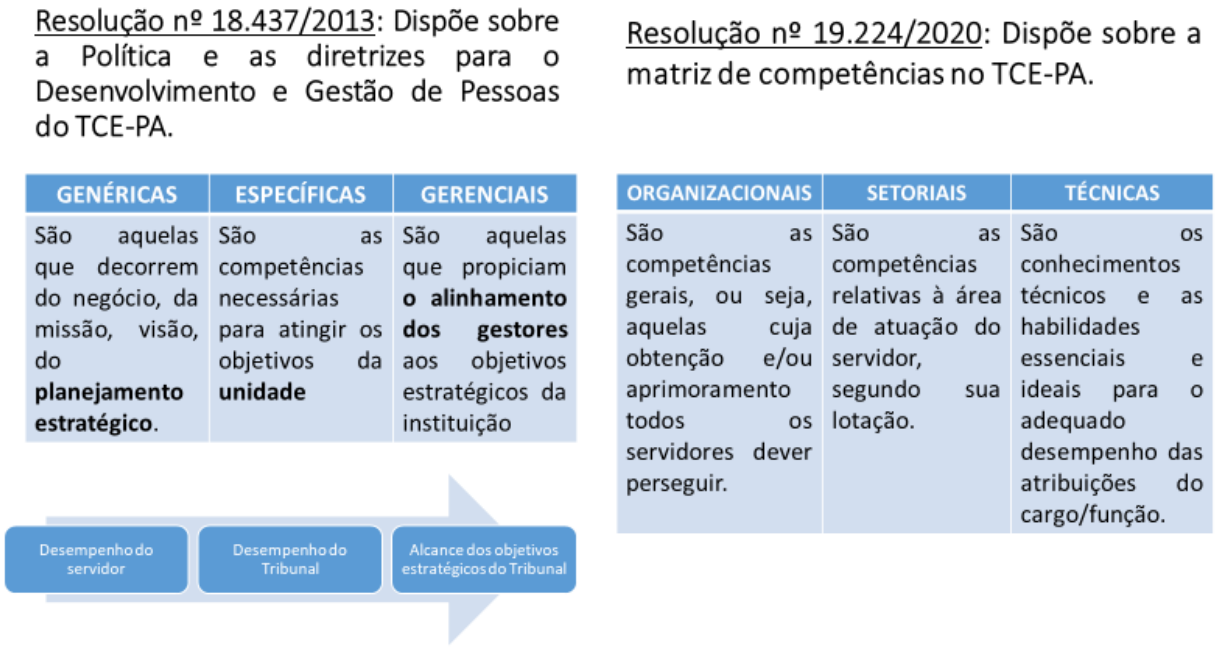


Fonte: Adaptado de Viana (Enap, 2015).

O conceito de competência remete a inter-relação entre as três categorias: para agir de forma competente é necessário saber fazer (conhecimento), saber como fazer (habilidade) e querer fazer (atitude). A competência só pode ser atestada quando se observa o comportamento da pessoa, ou seja, ela manifestando a competência.

O modelo de Gestão por Competências foi implementado em nível nacional a partir de 2006, mediante o Decreto Nº 5.707 de 2006 e o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e no contexto institucional do TCE-PA, por meio das Resoluções Nº 18.473/2013 e Nº 19.224/2020. O quadro a seguir especifica as competências instituídas:

Imagem 36. Quadro comparativo com a definição das Competências instituídas por Resolução no TCE- PA.



Fontes: Resolução Nº 18.437/2013 e Resolução Nº 19.224/2020 do TCE-PA.

Os quadros constantes no anexo II detalham as competências a serem desenvolvidas pelos servidores do TCE-PA.

As competências definidas na Resolução Nº 19.224/2020 serviram como base para a elaboração dos programas de capacitação das unidades. No entanto, optou-se por adotar uma estratégia que foca nas competências técnicas relevantes para alcançar os objetivos estratégicos da unidade, em vez de considerar exclusivamente as competências técnicas específicas de cada cargo. Essa abordagem mais ampla permite que os programas de capacitação sejam mais alinhados com as necessidades reais do Tribunal e promovam o desenvolvimento de competências relevantes para o sucesso global da unidade.

No tópico seguinte, passamos a abordar o processo de construção dos programas de capacitação das unidades.

3.3 Os Programas de Capacitação das unidades do TCE-PA

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), por meio de seu Plano Estratégico (2022-2027), estabeleceu como um de seus objetivos fundamentais a

integração dos programas educacionais com as diretrizes institucionais. Para alcançar esse objetivo, a Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav) adotou como ação estratégica a elaboração de programas de capacitação específicos, desenvolvidos em colaboração com as diversas unidades do TCE-PA. Essa abordagem visa substituir gradativamente o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), que anteriormente era um documento elaborado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP). O LNT era enviado às unidades do Tribunal para que indicassem as capacitações desejadas para os servidores, prática que será modernizada pela nova estratégia de capacitação integrada e direcionada.

Um programa de capacitação, em qualquer área, tem como essência a visão da capacitação como um processo contínuo e intencional de aprendizagem, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das competências institucionais por meio do aprimoramento das competências individuais.

No contexto do TCE-PA, os Programas de Capacitação são documentos que consolidam as competências organizacionais, setoriais e técnicas que os servidores de cada unidade precisam desenvolver e/ou aprimorar, por meio da participação em ações educacionais de aperfeiçoamento e de qualificação profissional diversas, como estratégias para o bom desenvolvimento de suas atividades e o alcance dos objetivos institucionais estipulados nos planos estratégico e de gestão. Assim, os programas de capacitação buscam estimular o desenvolvimento profissional dos servidores e minimizar as lacunas das competências consideradas necessárias para o atingimento dos objetivos institucionais traçados pelos Tribunal.

O documento é construído a partir do modelo de Gestão por Competências, seguindo a Política de Gestão de Pessoas estabelecida nacionalmente por meio dos Decretos Nº 5.707/2006 e Nº 9.991/2019 e institucionalmente pelas Resoluções Nº 18.473/2013 e Nº 19.224/2020. Trata-se de um modelo de gestão que se utiliza do conceito de competência para orientar diversos processos organizacionais, em especial, os relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas.

Com a elaboração dos programas, são disponibilizadas aos servidores de uma determinada unidade um conjunto de competências organizacionais, setoriais e técnicas consideradas essenciais para o desempenho de suas atividades. Para

desenvolvê-las, são oferecidas ações específicas, tanto pela Escola quanto por outras instituições, que podem ser realizadas pelos servidores.

No Tribunal, o Programa de Capacitação deve ser elaborado em colaboração entre a unidade de trabalho, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Escola de Contas. É fundamental que o programa inclua um sistema de acompanhamento para verificar se está sendo efetivamente implementado pelos servidores, embora a forma mais eficaz de monitoramento ainda esteja em fase de definição.

Atualmente, o TCE-PA tem os seguintes programas de Capacitação construídos:

- Secretaria de Controle Externo (SECEX);
- Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP);
- Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Liderança e Gestão;
- Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV);
- Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPGE);
- Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN);
- Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP).

Até o final do período que corresponde ao Plano Estratégico 2022-2027 do Tribunal serão contempladas treze unidades de trabalho com Programas de Capacitação elaborados.

3.4 As Trilhas de Aprendizagem e Desenvolvimento na Plataforma Moodle

A Ecav está atualmente construindo trilhas de aprendizagem na Plataforma Moodle do TCE-PA/Ecav para atender às necessidades de aperfeiçoamento de competências identificadas nos Programas de Capacitação das unidades do TCE-PA. As trilhas oferecem oportunidades flexíveis de crescimento profissional, permitindo que os servidores acessem diversos objetos de aprendizagem de forma virtual para aprimorar competências.

A proposta é oferecer um caminho organizado, sequencial e adaptável, para que os cursistas possam evoluir em seus aprendizados de acordo com as necessidades da unidade de trabalho, além de permitir que os servidores escolham os objetos de aprendizagem que mais se adequam à sua disponibilidade de tempo e

forma de aprendizado, conforme as indicações levantadas pelo programa de capacitação planejado pela unidade. Assim, as trilhas de aprendizagem incentivam a autonomia do aluno, que tem à sua disposição recursos didáticos diferenciados acerca de um mesmo tema.

A inclusão de uma variedade de recursos nas trilhas de aprendizagem oferece uma experiência enriquecedora, tornando o processo de aprendizado mais dinâmico. Ao combinar os objetos de aprendizagem, os alunos têm a oportunidade de explorar o conteúdo de diferentes perspectivas, estimulando a participação ativa.

Ressalta-se que é necessário a atuação de um curador, ou *expert*, que é o especialista naquela área na qual se desenvolve a trilha, sendo ele o responsável pela construção, seleção, atualização e acompanhamento permanente dos objetos de aprendizagem disponibilizados da trilha.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado no Tribunal é Plataforma Moodle, que é um sistema de gerenciamento de aprendizado de código aberto utilizado para criar ambientes de ensino e aprendizado on-line.

Nesse contexto, estão disponíveis as seguintes trilhas de capacitação e desenvolvimento no AVA do TCE-PA/Ecav:

- Trilha de Auditoria de Contas de Gestão;
- Trilha de Auditoria Operacional;
- Trilha de Regimes Previdenciários;
- Trilha de Aprendizagem TCE Sustentável;
- Trilha de Capacitação e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação;
- Trilha de Aprendizagem da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPGE);
- Trilha de Aprendizagem da Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP).

3.5 Os Planos de Educação

A Ecav atua com a capacitação de servidores, membros, jurisdicionados e com a orientação aos cidadãos para que exerçam o controle social dos gastos públicos. Este público é atendido por meio da oferta de palestras, cursos e eventos educacionais, organizados pela Ecav por meio dos seguintes documentos:

- Plano de Educação Corporativa (PEC) para servidores e membros;
- Plano de Capacitação de Jurisdicionados (PCJ) para os servidores dos órgãos jurisdicionados do TCE-PA;
- Plano de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs) para fomentar o controle social.

As ações podem ser ofertadas nas modalidades presencial, à Distância (EaD) ou híbrida. Nos tópicos seguintes passamos a descrever os planos desenvolvidos pela Ecav.

3.5.1 Plano de Educação Corporativa (PEC)

A Ecav, no exercício de suas atribuições, desenvolve seu Plano de Educação Corporativa (PEC) que destaca a capacitação dos membros e servidores da Corte de Contas como estratégia para o desenvolvimento de competências que contribuam para o alcance dos objetivos do Tribunal.

Nesse contexto, as ações educacionais desenvolvidas no PEC estão em consonância com os objetivos institucionais do TCE-PA, abordando temáticas pertencentes às áreas de interesse do Tribunal e dos servidores no exercício de suas atividades.

3.5.1.1 Capacitação de membros do TCE-PA

Os membros do TCE-PA (Conselheiros e Conselheiros Substitutos) participam periodicamente de ações educacionais, como congressos, cursos, simpósios, dentre outros, em âmbito regional, nacional e internacional. A partir de 2016, a Ecav passou a ofertar capacitação específica para este público, contando também com a participação dos Procuradores de Contas do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA). Nas ações já realizadas, que foram específicas para membros, professores renomados do sistema dos Tribunais de Contas do Brasil, bem como especialistas de destacadas universidades e instituições de ensino ministraram as aulas. Eles apresentaram à alta gestão do Tribunal temas relevantes ao exercício do Controle Externo, selecionados pelos próprios Membros e Procuradores de Contas.

Em 2021, a Ecav desenvolveu o Plano de Capacitação de Membros (PCM), proporcionando a atualização em conteúdos essenciais para o aprimoramento dos

trabalhos. Atualmente, no entanto, o Plano de Educação Corporativa foi ampliado para abranger a oferta de capacitação tanto para servidores quanto para membros, garantindo um desenvolvimento mais abrangente e integrado.

A seguir apresentamos o quantitativo de ações educacionais realizadas por membros do Tribunal no período de 2020 a 2023:

Quadro 4. Quantitativo de as ações educacionais realizadas por Membros do TCE-PA no período de 2020 a 2023:

ANO	Nº DE AÇÕES	PARTICIPAÇÕES	CARGA HORÁRIA (CH)
2020	01	11	13
2021	02	17	36
2022	15	52	186
2023	43	140	593

Fonte: Relatórios de gestão da Ecav 2020 a 2023

É importante considerar que os quantitativos se referem às agendas de capacitações nacionais e internacionais promovidas pelo Sistema Tribunal de Contas. Estes eventos, realizados tanto por órgãos e entidades governamentais quanto por outros organismos relevantes, visam à capacitação nas áreas de interesse dos Tribunais de Contas, abrangendo uma ampla gama de temas e práticas essenciais para o desempenho de suas funções.

3.5.1.2 Capacitação de servidores do TCE-PA

A capacitação de servidores é desenvolvida de acordo com Planos de Capacitação das unidades de trabalho do TCE-PA.

No quadro abaixo são apresentados dados referentes às ações de capacitação para servidores no TCE-PA realizadas no período de 2020 a 2023.

Quadro 5. Quantitativo de ações educacionais do PEC promovidas no período de 2020 a 2023

ANO	Nº DE AÇÕES	Nº DE PARTICIPAÇÕES	CARGA HORÁRIA (CH)
2020	147	1.393	3.913
2021	521	1.249	22.014
2022	445	2.655	16.868
2023	364	2.568	11.870

Fonte: Relatórios de gestão da Ecav 2020 a 2023.

3.5.1.3 Programa de Ambientação para Servidores Ingressantes

Instituído pela Portaria Nº 32.480, de 13 de junho de 2017, o Programa de Ambientação para Servidores Ingressantes tem como principal objetivo a integração dos servidores ingressantes por concurso, inserindo-os na dinâmica de trabalho do TCE-PA. Temas como a missão institucional, visão de futuro, valores, objetivos estratégicos, estrutura organizacional e física, Código de Ética e conduta esperada dos servidores, estrutura remuneratória, benefícios e vantagens pecuniárias, possibilidades de crescimento na carreira, processo de avaliação de desempenho, dentre outros, são desenvolvidos pelos servidores responsáveis pelas unidades administrativas do Tribunal.

Em função da pandemia, o Programa passou a ser ofertado em formato híbrido, possibilitando a inovação no processo de ensino e aprendizagem dos normativos do TCE-PA aos servidores ingressantes. Atualmente, o Programa está sendo reformulado para ser ofertado novamente na modalidade presencial, em função de novo concurso público que será realizado pelo TCE-PA ainda em 2024.

Imagem 37. Ambientação para Servidores Ingressantes – 2018.



Fonte: Acervo TCE-PA

3.5.2 Plano de Capacitação dos Jurisdicionados (PCJ)

O TCE-PA investe em processos educativos com vistas a promover a capacitação dos agentes públicos, viabilizando o aprimoramento técnico que lhes possibilitem a correta gestão dos recursos públicos.

Nesse contexto, a Ecav implementa o Plano de Capacitação dos Jurisdicionados (PCJ) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das unidades jurisdicionadas ao TCE-PA. Com a oferta de ações e eventos educacionais, o PCJ busca proporcionar as condições necessárias para alcançar a excelência na aplicação racional e transparente dos recursos públicos estaduais.

O Programa objetiva estruturar a oferta de ações educacionais no que tange aos conhecimentos relativos às áreas de atuação do Tribunal, aos gestores públicos e servidores jurisdicionados, contribuindo para a maior efetividade do exercício do controle externo e o alcance das metas institucionais.

Ao longo dos anos de 2020 a 2023, foram promovidos os seguintes quantitativos de ações educacionais aos servidores jurisdicionados:

Quadro 6. Quantitativos de ações educacionais promovidas aos servidores jurisdicionados do TCE-PA no período de 2020 a 2023.

ANO	Nº DE AÇÕES	PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES JURISDICIONADOS	CARGA HORÁRIA (CH)
2020	10	367	39
2021	12	600	47
2022	10	427	69
2023	31	801	316

Fonte: Relatórios anuais da Ecav 2020 a 2023

O PCJ é desenvolvido por meio dos seguintes programas: Programa Conversando com o Controle Interno e Programa Fórum TCE-PA e Jurisdicionados. Nos tópicos seguintes, apresentamos os referidos programas.

3.5.2.1 Programa Conversando com o Controle Interno

Criado por meio da Resolução Nº 17.775/2009, com alterações da Resolução Nº 19.599/2024, o Programa tem como objetivo a aproximação do Controle Externo, exercido pelo TCE-PA, com os controles internos dos órgãos jurisdicionados, com ações de aperfeiçoamento dos processos de trabalhos, conceitos, normas, jurisprudências e procedimentos pertinentes a esses controles, tendo como público-alvo os responsáveis pelo controle interno dos órgãos jurisdicionados do TCE-PA.

3.5.2.2 Programa Fórum TCE-PA e Jurisdicionados

Aprovado pela Resolução Nº 17.722/2009, com alterações da Resolução Nº 19.599/2024, o Fórum TCE-PA e Jurisdicionados tem o intuito de debater com os jurisdicionados e a sociedade temas pertinentes ao desenvolvimento de uma atuação eficiente e eficaz no controle dos gastos públicos e outros que sejam de relevância social; busca-se promover a interação deste Tribunal com os jurisdicionados e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

3.5.3 Plano de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs)

O Plano de Capacitação de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs) consolida programas, projetos e ações educacionais para fomentar a democracia participativa na gestão pública, promover a cultura de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

O público-alvo deste Plano inclui os controladores sociais, tais como membros de Conselhos, estudantes, cidadãos e Organizações da Sociedade Civil. As ações educacionais desenvolvidas no âmbito do Pocs, no período de 2020 a 2023, estão sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 7. Quantitativo de ações de orientação aos controladores sociais promovidas no período de 2020 a 2023.

ANO	Nº DE AÇÕES	Nº DE PARTICIPAÇÕES	CARGA HORÁRIA (CH)
2020	10	1.225	20
2021	12	282	18
2022	26	1655	26
2023	45	1.980	96

Fonte: Relatórios de gestão da Ecav 2020 a 2023.

As ações educacionais voltadas para o fomento ao controle social são implementadas por três programas principais: o Programa TCE Cidadão, o Programa de Orientação aos Conselhos e o Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social. Iniciativas desenvolvidas pela Ouvidoria do TCE-PA também são consideradas essenciais para promover o controle social.

3.5.3.1 Programa TCE Cidadão

O TCE-PA instituiu, em 2011, o Programa TCE Cidadão por meio da Resolução Nº 18.136/2011. O programa visa fomentar o controle social dos gastos públicos entre estudantes de todos os níveis de ensino, prioritariamente aos matriculados na rede pública estadual. A iniciativa reconhece que a educação é fundamental para a conscientização e exercício do controle social, promovendo uma sociedade mais justa, e que cidadãos conscientes podem ajudar na correta aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, o ambiente escolar, onde ocorre a troca de conhecimentos entre professores e alunos, é considerado ideal para essas atividades, conforme previsto nas Constituições Federal e Estadual, que estabelecem a educação como um direito de todos e um dever do Estado.

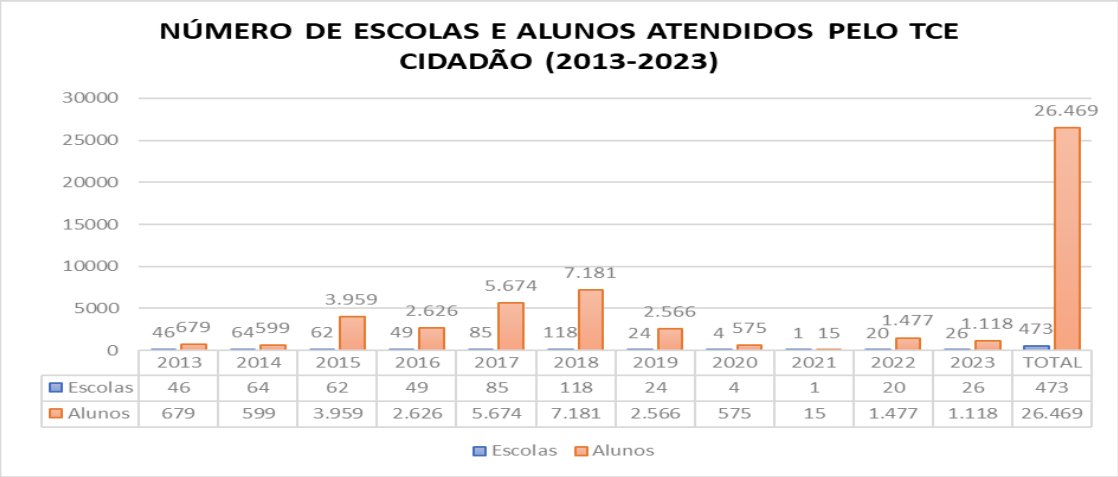
Além dos discentes, docentes, a sociedade em geral e as Organizações da Sociedade Civil também são orientados sobre seus direitos constitucionais e infraconstitucionais para fiscalizar a gestão dos recursos públicos. Essas orientações incluem esclarecimentos sobre aspectos relevantes da atuação do Tribunal de Contas do Estado e seu papel institucional no Estado Democrático de Direito.

As ações educativas são realizadas por meio de palestras, presenciais ou on-line, utilizando recursos audiovisuais, mídias sociais e informativos impressos e digitais. Esses materiais destacam a importância da participação cidadã no controle dos gastos públicos, visando tornar as ações de controle social mais efetivas. Durante as palestras, a Ouvidoria do TCE-PA é apresentada como canal de comunicação com a sociedade.

O Programa TCE Cidadão dispõe de *site* com informações sobre o desenvolvimento das ações, últimas notícias, bem como cartilhas e vídeos educativos acerca da atuação do TCE-PA e das ações de Controle Social disponíveis para a sociedade.

O projeto, quando desenvolvido em escolas de ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) e médio, tanto da rede pública quanto privada, bem como para docentes atuantes nestes níveis de ensino é denominado de TCE Cidadão nas Escolas. No gráfico a seguir apresentamos o número de escolas e alunos atendidos pelo Projeto TCE Cidadão nas Escolas no período de 2013-2023.

Imagem 38. Gráfico com o número de escolas e alunos atendidos pelo Projeto TCE Cidadão (nas Escolas) no período de 2013-2023.

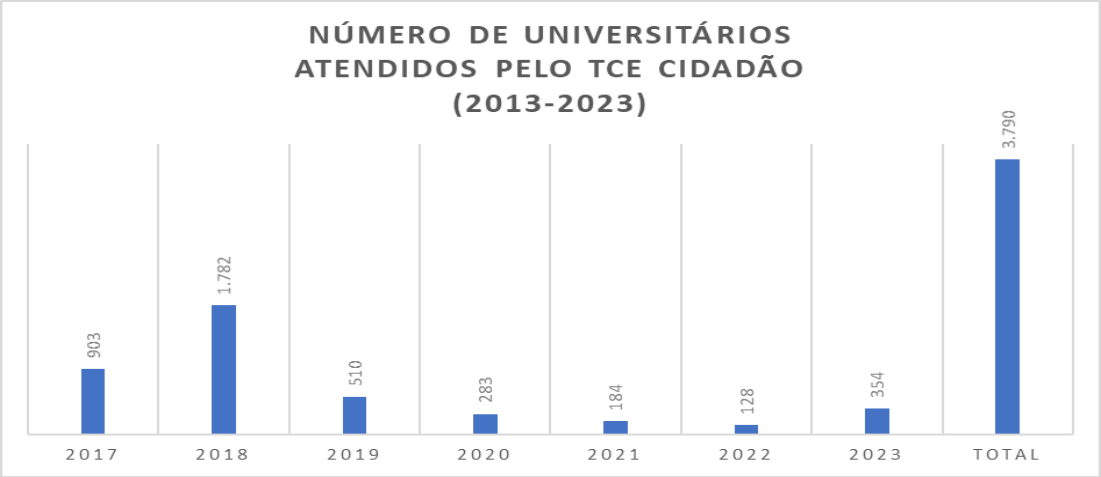


Fonte: Ecav/2023.

Nesse contexto, quando o Programa atende discentes e docentes do ensino superior público e privado no Estado do Pará, oferecendo uma visão abrangente sobre como o controle externo é realizado na Administração Pública, bem como os fundamentos, mecanismos e ferramentas do controle social, ele é denominado TCE Cidadão Universitário. Dentro dessa premissa, acadêmicos de cursos de graduação recebem orientações sobre a importância do exercício da fiscalização dos gastos públicos pelo cidadão. Isso inclui a perspectiva de possível atuação profissional futura nas áreas de competência do Tribunal.

No gráfico a seguir, apresentamos o número de estudantes da educação superior atendidos pelo Projeto TCE Cidadão Universitário:

Imagem 39. Gráfico com o número de estudantes da educação superior atendidos pelo Projeto TCE Cidadão (Universitário).

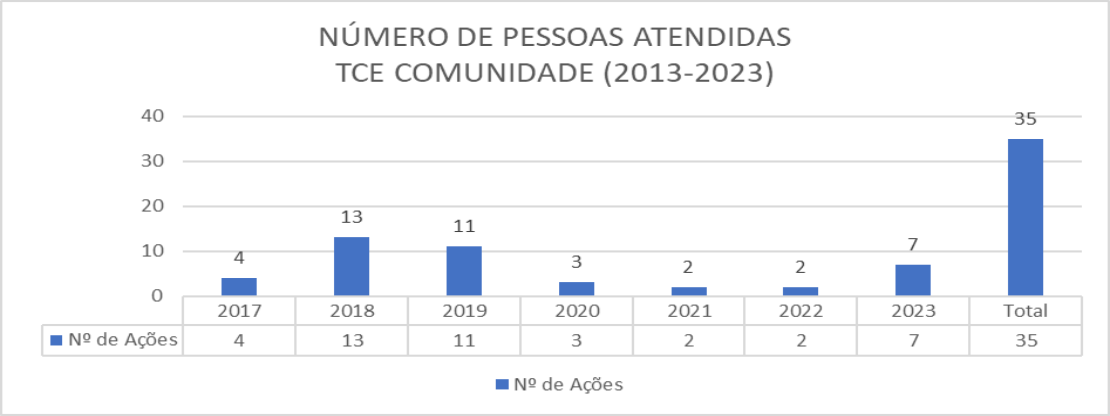


Fonte: Ecav/2023.

Por fim, o Projeto TCE Cidadão nas Comunidades tem como objetivo apresentar às comunidades e sociedade em geral o papel fundamental de acompanhar a atuação da Administração Pública e estimular o conhecimento sobre o controle social, bem como as ferramentas disponíveis para realizá-lo. Nessa perspectiva, as comunidades atendidas recebem subsídios para contribuir no fortalecimento da cultura da política participativa, na qual cada cidadão, independentemente de seu envolvimento em associações civis, é incentivado a desempenhar um papel ativo no planejamento, gestão e controle das políticas públicas.

Em 2023, em colaboração com a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania e com o apoio do Gabinete da Conselheira Daniela Barbalho, foram implementadas ações educacionais do Programa TCE Cidadão nas Usinas da Paz, localizadas na Região Metropolitana de Belém, especificamente Cabanagem, Jurunas, Icuí-Guajará, Terra Firme, Benguí e Marituba, bem como na Usina do Município de Parauapebas. O gráfico a seguir ilustra o número de pessoas atendidas pelo Projeto TCE Cidadão nas comunidades mencionadas:

Imagem 40. Gráfico com o número de pessoas atendidas pelo Projeto TCE Cidadão (comunidade).



Fonte: Ecav/2023.

3.5.3.2 Programa de Orientação aos Conselhos

O programa visa contribuir para o aperfeiçoamento dos membros dos conselhos responsáveis pelo controle social, tais como Conselhos Escolares, Conselhos de Saúde, Conselhos de Segurança e Conselhos de Políticas Públicas, focando nos aspectos jurídicos e administrativos que orientam a fiscalização da aplicação de recursos públicos estaduais.

Para participar do programa, os conselhos devem formalizar o contato com o Tribunal de Contas, a fim de, em conjunto, viabilizar os procedimentos necessários para a realização das ações educacionais.

3.5.3.3 Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social

O Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social é uma iniciativa para fomentar a construção da cidadania e fortalecer o controle social por meio da educação. Voltado especialmente para as regiões Oeste, Sul e Sudeste do Estado do Pará, o simpósio tem como principal objetivo capacitar os cidadãos para que se tornem agentes ativos na fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

Reconhecendo a vasta extensão territorial do Estado do Pará e a dificuldade de os órgãos de controle externo estarem presentes em todas as regiões, o programa surge como uma iniciativa para mobilizar e orientar a população sobre como exercer o controle social de maneira eficaz. Ao oferecer treinamento específico e promover a participação cidadã, o Programa Simpósio de Cidadania e

Controle Social complementa o controle institucional realizado pelos órgãos fiscalizadores, contribuindo para a prevenção da corrupção e o fortalecimento da governança pública.

3.6 Metodologias de Ensino

A Ecav adota uma abordagem flexível em relação às metodologias de ensino, que podem ser tradicionais, ativas ou híbridas, dependendo da natureza da ação educacional proposta.

Nas metodologias tradicionais, o facilitador conduz a aprendizagem por meio de aulas expositivas, sendo frequentemente empregadas em palestras e eventos presenciais que envolvam um grande número de servidores.

Já as metodologias ativas, como a “Aprendizagem Baseada em Projetos” e a “Aprendizagem Baseada em Problemas”, assim como a “Sala de Aula Invertida”, são preferidas por sua capacidade de enfatizar a aplicação prática dos conhecimentos em situações reais. Estas são especialmente indicadas para ações mais práticas, como oficinas e *workshops*, alinhando-se aos princípios da educação corporativa.

Por fim, as metodologias híbridas combinam elementos do ensino presencial e on-line, proporcionando uma oportunidade para otimizar recursos e permitir que os servidores realizem atividades de aprendizagem em um ritmo personalizado. Essa abordagem pode ser especialmente útil para alcançar um equilíbrio entre eficácia e flexibilidade no processo de educação corporativa.

3.6.1 Modalidades de oferta das ações educacionais

A Ecav promove as ações educacionais por meio das modalidades presencial, à distância e híbrida.

3.6.2 Capacitação na modalidade presencial

Estão contempladas ações educacionais realizadas pela Ecav, ou por coordenação dela. As ações podem ter curta, média ou longa duração, a depender da natureza do conteúdo trabalhado. Poderão ser ofertados cursos, palestras, oficinas, treinamentos, *workshops*, congressos, seminários, fóruns, simpósios. Nessa modalidade, faz-se necessária a presença do participante no local onde ocorrerá a ação.

3.6.3 Capacitação na modalidade à distância

A capacitação na modalidade on-line contempla os cursos oferecidos pela Ecav ou por outras instituições. A Ecav regularmente oferece, em catálogos mensais, dispostos no endereço eletrônico da escola, várias ações educacionais relacionadas às áreas de interesse do tribunal. Esta modalidade é promovida por meio virtual e permite que o servidor possa adequar a realização de ações educacionais de acordo com o tempo que tem disponível. Pelo meio on-line podem ser ofertadas ações educacionais em formato síncrono (ao vivo),

3.6.4 Capacitação na modalidade híbrida

A modalidade oferece elementos tanto da capacitação presencial quanto à distância em uma mesma ação educacional. Nesse contexto, apresenta atividades tanto presenciais quanto virtuais dentro da ação. Ao ofertar ações nessa modalidade pela Ecav, todas as informações pertinentes estarão descritas nos respectivos planos de curso.

3.6.5 O facilitador das ações educacionais

O facilitador de ações educacionais desempenha um papel crucial na promoção do aprendizado ativo. Ele atua como mediador ao criar um ambiente de aprendizado dinâmico e estimulante, no qual os alunos são incentivados a se envolver ativamente na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de competências.

Os facilitadores das ações educacionais do TCE-PA podem ser servidores internos, Conselheiros e Conselheiros Substitutos, servidores públicos de outros órgãos e/ou instituições públicas ou privadas. Eles podem atuar como facilitadores voluntários ou receber pagamento conforme critérios estabelecidos pela Portaria Nº 28.743/2014, do TCE-PA, que regulamenta as gratificações pelo exercício da docência dos servidores.

Imagem 41. Imagem dos facilitadores do Curso Combate ao Incêndio. Os facilitadores foram militares do Corpo de Bombeiros: de 3 a 7 de fevereiro de 2020.



Fonte: Acervo TCE

3.7 Participação do servidor nas ações educacionais

3.7.1 Requisitos para participação

A participação do servidor nas ações de capacitação ofertadas pela Ecav (no formato presencial) ou em cursos externos de capacitação (com ônus ao TCE-PA e quantidade específica de vagas, presencial ou on-line), obedecem ao princípio da igualdade de oportunidades e proporcionalidade entre os servidores, lotação e/ou funções desempenhadas no tribunal e, atentando para os seguintes critérios:

- Ser servidor do TCE-PA;
- Possuir escolaridade compatível com nível da ação educativa oferecida;
- Exercer cargo ou função correlata ao tema da ação educativa oferecida; ou ter atribuições do cargo afins ao conteúdo programático da ação; ou estar lotado em unidade administrativa cujas atividades sejam correlatas ao tema da ação educacional;
- Quando se tratar de ação educacional que coincida com o período da jornada laboral, ter a anuência da chefia imediata, observando a conveniência, a relevância e a pertinência da ação às atribuições do TCE-PA;

- Não estar em situação de impedimento por determinação do TCE-PA, a ser verificada em cada situação concreta.

3.7.2 Inscrição

A inscrição do servidor em ações de capacitação varia de acordo com o tipo de oferta. O servidor, no momento da inscrição, deve atentar para as informações referentes à ação educacional ofertada, quanto à modalidade, carga horária, horário de oferta (se for o caso), público-alvo, conteúdo, número de vagas.

Caso o servidor realize capacitação em horário concomitante à jornada de trabalho deve seguir os trâmites estabelecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) para tratar sobre abono de faltas e demais providências pertinentes à questão funcional.

3.7.2.1 Em ações promovidas pela Ecav

A ferramenta utilizada para inscrição do servidor é o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Nela, o servidor pode realizar a própria inscrição, acessando com o usuário e senha (autoinscrição); outra possibilidade é a solicitação da chefia imediata do servidor para que a Ecav o inscreva na ação educacional.

A plataforma Moodle do TCE-PA também pode ser utilizada para oferta de ação educacional, especialmente se a ação tiver caráter de curso à distância com carga horária acima de quatro horas. Na referida plataforma, o servidor deve realizar seu cadastro e acessar com usuário e senha para inscrever-se na ação educacional.

Deve-se observar, durante a divulgação da ação, qual a forma de inscrição.

3.7.2.2 Ações promovidas por outras instituições

- Se não houver ônus ao TCE-PA: o servidor deve se inscrever na plataforma indicada pelos organizadores da ação e realizar as atividades propostas, a fim de concluir a ação com sucesso;
- Se houver ônus ao TCE-PA: a inscrição deverá ocorrer somente com justificativa e indicação do servidor pela chefia imediata. A participação do servidor está condicionada ao deferimento pela Presidência do

Tribunal e pela disponibilização de orçamento. O processo de solicitação deve ser formalizado pelo sistema e-TCE[3].

As ações educacionais com ônus devem constar no Programa de Capacitação da unidade de trabalho do Tribunal. Nesses casos, deve constar, na abertura do processo de solicitação, a justificativa para a realização da ação educacional, e devem ser encaminhadas à Ecav, com assinatura da chefia do servidor, configurando anuência.

3.7.3 Frequência

Para fins de aferição de frequência e certificação, devem ser observados os critérios de cada ação educacional no momento de sua divulgação. De forma geral, em ações promovidas pela Ecav, seja no formato presencial ou on-line, o Plano de Curso definirá a forma de aferição de frequência a ser aplicada.

No ato da inscrição, o servidor deve atentar-se à frequência mínima exigida para obtenção do certificado.

3.7.4 Certificação

O certificado, ao final de cada capacitação ofertada pela Ecav, pode ser obtido pelo Siga ou pela Plataforma Moodle do TCE-PA, ou outra plataforma utilizada, a depender de onde ocorreu a oferta.

Para que o participante obtenha o certificado, deverá, após o término com sucesso da ação e obtendo a frequência mínima, responder a avaliação de reação independentemente da metodologia ou plataforma utilizada.

Em regra, os certificados são emitidos com código de autenticação[4].

3.8 Oferta das ações de capacitação

A Ecav planeja a oferta anual de ações educacionais para os servidores do TCE-PA, projetando também um quantitativo de ações voltadas ao público jurisdicionado e à sociedade.

As ações do Plano de Educação Corporativa (PEC) são divulgadas mensalmente por meio do Catálogo de Ações Educacionais disponibilizado no site

[3] Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PA – Resolução Nº 19.205/2020.

[4] Chave única atribuída pelos sistemas aos certificados emitidos pelo TCE-PA.

da Escola de Contas. Neste documento são apresentadas, além das ações promovidas pela Ecav, as de outras instituições, desde que atendam às áreas temáticas de conhecimento de interesse do Tribunal. As ações educacionais também poderão ser divulgadas na intranet do TCE-PA, na rádio TCE, encaminhadas por mala direta aos e-mails institucionais, por cartazes afixados nos quadros de aviso e nos elevadores da instituição.

As ações do Plano de Capacitação de Jurisdicionados (PCJ) são divulgadas no site da Ecav. Já as ações do Plano de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs) não são publicadas no site, pois requerem um alinhamento prévio com as instituições participantes, o que pode ocorrer em períodos inferiores a um mês.

3.9 Avaliação

O processo avaliativo das ações educacionais promovidas pela Ecav contemplará a avaliação de reação, de aprendizagem (quando houver) e de impacto.

A avaliação de reação se trata de preenchimento de questionário específico sobre a ação realizada, pelos participantes, a fim de que a escola de contas possa utilizar esses dados para aprimoramento da oferta das ações. Esta avaliação deve ser preenchida em todas as ações ofertadas pela Ecav, tanto no formato presencial quanto on-line. O questionário fica disponível no Siga ou na Plataforma Moodle, a depender do formato de oferta da ação de capacitação. O preenchimento do questionário de avaliação de reação é requisito para obtenção do certificado de conclusão.

A avaliação de aprendizagem, quando houver, deverá constar no Planejamento de ação educacional e será proposta pelo facilitador da ação, sob orientação da Ecav. Sua metodologia será definida a partir da especificidade e natureza da ação educacional e a realização das avaliações com sucesso será requisito obrigatório para obtenção do certificado de conclusão.

A avaliação do impacto das capacitações deve ser realizada pelas chefias das unidades do TCE-PA, com o auxílio da Ecav. Ao final do primeiro semestre do ano, a Ecav enviará às chefias uma lista dos servidores lotados na unidade que tenham completado, no mínimo, 60 horas de capacitação no ano anterior. As chefias

deverão então manifestar-se sobre o aprimoramento das competências desses servidores após a realização das capacitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPP revisado da Ecav configura-se como marco significativo para consolidação de uma unidade de ensino voltada para o aprimoramento de sua atuação pedagógica. O documento reforça o compromisso da Escola em disseminar conhecimentos sobre temas fundamentais para o fortalecimento da gestão pública e o fomento ao controle social.

A trajetória de 18 anos da Ecav reflete sua dinamicidade e o esforço coletivo de diversos colaboradores e especialistas. Ao longo desse percurso, a Escola pautou-se pela missão de promover o desenvolvimento profissional dos servidores e membros do TCE-PA, assim como de servidores de órgãos jurisdicionados e da sociedade em geral, consolidando-se como um espaço de diálogo democrático.

Quais são os horizontes futuros da Ecav? Como toda instituição, a Escola enfrenta desafios contemporâneos que impulsionam suas ações inovadoras. Seu objetivo é consolidar-se como uma unidade de excelência dentro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contribuindo para o desenvolvimento de competências, tanto internas quanto externas, visando aprimorar a eficiência dos gastos públicos em todo o sistema de controle externo.

Com um espírito de aprendizado e de compartilhamentos, o PPP da Ecav representa o cerne de seu trabalho de disseminação de conhecimentos. Ele contribui para a capacitação e qualificação contínuas de seu corpo de servidores, promovendo também o fortalecimento da governança e da construção de um aparato público cada vez mais eficiente e transparente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). **Marco de Medição do Desempenho: Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil** (MMD-QATC). Brasília, 2014. Disponível em: https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2015/03/QATC2_VersaoFinalPublicada.pdf. Acesso em 05/09/2022, às 11:41.

BITENCOURT, C. & BARBOSA, A. C. Q. **A gestão de competências.** In: BITENCOURT, C. (Org.). Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre, 2004: Bookman. p. 238-264.

BRANDÃO. Hugo Pena. **Mapeamento de competências: métodos, técnicas e aplicações em gestão de pessoas.** São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 01/02/2024.

_____. **Decreto Nº. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006** [revogado]. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/41397. Acesso em 20/01/2024.

_____. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de

desenvolvimento. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9991-de-28-de-agosto-de-2019-213196312. Acesso em 06/09/2022, às 11:27.

_____. **Guia para elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.** Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/servidor/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-de-pessoas/pndp/paginas/GuiaparaelaboraodoPDP2023verso30.06.22.pdf . Acesso em 06/09/2022, às 11:31.

PARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Pará.** Belém. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012** (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará). Disponível em: http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/1839. Acesso em 06/09/2022.

_____. **Lei nº 8.037, de 5 de setembro de 2014.** Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/normativos/PCCR.pdf. Acesso em

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução Nº 15.766, de 1998.** Belém, 15 de outubro de 1998. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/15766/conteudo-original. Acesso em 22/05/2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução Nº 17.278, de 30 de novembro de 2006.** Institui a Escola de Contas no TCE/PA. Belém, 30 de novembro de 2006, 2006. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17278/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução Nº 17.467, de 18 de dezembro de 2007.** Aprova a instituição do 1º Fórum TCE/PA. Belém, 18 de dezembro de 2007, 2007, Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17467/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução Nº 17.492/2007, de 17 de abril de 2008.** Dispõe sobre a Regulamentação do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará – FUNTCE. Belém, 17 de abril de 2008, 2008. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17492/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.722/2009, de 4 de junho de 2009.** Aprova a realização anual de um Fórum TCE/PA. Belém, 4 de junho de 2009, 2009. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-

dados/resolucoes/numeroresolucao/17722/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.775, de 1 de outubro de 2009.** Institui a Ação Conversando com o Controle Interno. Belém, 1 de outubro de 2009, 2009. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17775/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.893 de 2010.** Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17893/conteudo-original. Acesso 23/02/2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.437, de 2013.** Dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA. 2013. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/registro/conteudo-original?b=resolucoes&numeroresolucao=18437. Acesso em 05/09/2022, às 10:38.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Ato nº 67**. Aprova o Regimento Interno da Escola de Contas "Alberto Veloso" do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Disponível em https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/legislacao/atos_regimentais/ato__67.pdf

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Ato nº 69.** Aprova o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Tribunal de Contas do Estado do Pará. Belém: TCE, 2014. Disponível em: Ato 69 [Regulamento dos Serviços Auxiliares 2014] (tcepa.tc.br). Acesso em 05/09/2022, às 10:10.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.794, de 10 de dezembro de 2009.** Institui o Sistema de Planejamento e Gestão. Belém, 10 de dezembro de 2009, 2009. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17794/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.893, de 9 de setembro de 2010.** Aprova a denominação da ECAV. Belém, 9 de setembro de 2010, 2010. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17893/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.981, de 19 de abril de 2011.** Altera o anexo da resolução nº 17.482 de 13 de março de 2008. Belém, 19 de abril de 2011, 2011. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/17981/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.106, de 16 de agosto de 2011.** Autorização para celebração de Termo de Acordo de Cooperação entre TCE/PA, TCM/PA, MPC/PA E MP/TCM-PA. Belém, 16 de agosto de 2011, 2011. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18106/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.136, de 8 de novembro de 2011.** Autoriza o TCE/PA a fomentar o controle social através da Rede Pública de Ensino Estadual. Belém, 8 de novembro de 2011, 2011. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18136/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.169, de 26 de janeiro de 2012.** Autoriza celebrar convênio com a SEDUC para operacionalizar a Resolução 18.136/2011. Belém, 26 de janeiro de 2012, 2012. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18169/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.207, de 20 de março de 2012.** Designa o Conselheiro Nelson Chaves para coordenadoria que supervisionaria os serviços de capacitação de Recursos Humanos. Belém, 20 de março de 2012, 2012. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18207/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.273, de 12 de junho de 2012.** Autorização para celebração de Termo de Cooperação Educacional, Técnico e Científico entre o TCE/PA e TCE/RJ. Belém, 20 de junho de 2012, 2012. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18273/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.327, de 13 de setembro de 2012.** Acrescenta dispositivo ao art. 1º da Resolução nº 17.492/2008, que dispõe sobre a Regulamentação do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado - FUNTCE. Belém, 13 de setembro de 2012, 2012. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18327/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.399, de 11 de dezembro de 2012.** Aprova o item 2.4 do Manual do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE/PA (Gerenciamento da estratégia). Belém, 11 de dezembro de 2012, 2012. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-

dados/resolucoes/numeroresolucao/18399/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.421, de 26 de fevereiro de 2013.** AUTORIZAR a Presidência a utilizar recursos do FUNTCE para custear as despesas com a realização do Ciclo de Aperfeiçoamento da Prestação de Contas dos Convênios celebrados pela Administração Pública Estadual e as Prefeituras Municipais a ser realizado nos dias 6 e 7 de março; Conversando com o Controle Interno. Belém, 11 de fevereiro de 2013, 2013. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18421/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.437, de 19 de março de 2013.** Institui o modelo de Gestão por competências. Belém, 19 de março de 2013, 2013. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18437/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.448, de 2 de abril de 2013.** Autorização para celebrar Acordo de cooperação técnica com a UFPA. Belém, 2 de abril de 2013, 2013. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18448/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.495, de 3 de julho de 2013.** Autorização para celebração de Convênio com a Sociedade Ideal, mantenedora da Faculdade Ideal. Belém, 3 de julho de 2013, 2013. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18495/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.545, de 23 de janeiro de 2014.** Aprova Instrução Normativa que estabelece normas de organização e de envio da prestação de contas dos administradores dos órgãos e entidades da administração pública estadual e dos demais responsáveis por recursos públicos estaduais, para julgamento no Tribunal de Contas do Estado do Pará. (importante para o plano de capacitação dos jurisdicionados). Belém, 23 de janeiro de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18545/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.551, de 18 de fevereiro de 2014.** Autorização para celebração de Convênio com o Centro de Ensino Superior do Pará – CESUPA. Belém, 18 de fevereiro de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18551/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Ato Regimental nº 67, de 8 de abril de 2014.** Regimento Interno da Escola de Contas “Alberto Veloso” do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Belém, 8 de abril de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/legislacao/atos_regimentais/ato__67.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Portaria nº 28.743, de 8 agosto de 2014.** Regulamenta o pagamento das gratificações para o exercício da docência pelos servidores. Belém, 8 de agosto de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/normativos/portaria_28.743.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.611, de 12 de agosto de 2014.** Autorização para celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre TCE/PA e TJE/PA. Belém, 12 de agosto de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18611/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.619, de 2 de setembro de 2014.** AUTORIZAR a Presidência a celebrar termo de adesão para filiação do Tribunal de Contas do Estado do Pará ao Instituto Rui Barbosa – IRB - e à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OL ACEFS - na categoria de membro afiliado, objetivando o compartilhamento de técnicas e programas voltados à capacitação e formação de seus auditores e analistas de controle, bem como o desenvolvimento de atividades conjuntas na área do controle externo. Belém, 2 de setembro de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18619/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Portaria nº 28.907, de 8 outubro de 2014.** Regulamenta os eventos educacionais promovidos pela ECAV, organizados em programas. Belém, 8 de outubro de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/normativos/portaria_28.907.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.657, de 16 de dezembro de 2014.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Educação Corporativa (PEC) e Plano de Capacitação dos jurisdicionados. Belém, 16 de dezembro de 2014, 2014. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18657/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.665, de 27 de janeiro de 2015.** Autorização para celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado e com o Conselho Regional de Contabilidade, visando ao compartilhamento de ações, métodos e procedimentos nas diversas áreas de atuação profissional. Belém, 27 de janeiro de 2015, 2015. Disponível em:

www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18665/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.685, de 3 de março de 2015.** Designa o Conselheiro Nelson Chaves e Conselheira Substituta Milene Cunha para o Conselho Consultivo. Belém, 3 de março de 2015, 2015. Disponível em: www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18685/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.690, de 12 de março de 2015.** Regulamenta a escolha de servidor para o Conselho Consultivo. Belém, 12 de março de 2015, 2015. Disponível em: www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18690/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.705, de 30 de abril de 2015.** Aprovar a inclusão dos indicadores e da iniciativa que constam no Anexo I desta Resolução, no Objetivo “Facilitar o Exercício do Controle Social”, do Plano Estratégico 2012-2015, do Tribunal de Contas do Estado, modificando a Resolução nº 18.157, de 22.12.2011. Belém, 30 de abril de 2015, 2015. Disponível em: www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18705/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 18.771, de 15 de dezembro de 2015.** Aprova os princípios, as diretrizes e as regras para a elaboração e a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Educação Corporativa (PEC) e do Plano de Capacitação dos Jurisdicionados. Belém, 30 de abril de 2015, 2015. Disponível em: www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/18771/conteudo-original. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.224, de 10 de novembro de 2020.** Dispõe sobre a Matriz de Competências no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Disponível em https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/6031. Acesso em 5/9/2022, às 10:25.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.225, de 2020.** Estabelece normas e procedimentos para disciplinar a implantação e operacionalização do fornecimento de programas de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Disponível em https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/19225/conteudo-original. Acesso em 22/05/2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.173, de 2020.** Aprova o Plano Estratégico da Escola de Contas Alberto Veloso do Tribunal de Contas do Estado do Pará para o período de 2020-2025.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.224, de 2020.** Dispõe sobre a Matriz de Competências no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.320, de 2021.** Aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará para o período de 2022-2027 e dá outras providências. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numeroresolucao/19320/resolucao-n-19-320/conteudo-original. Acesso em 22/04/2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Plano Estratégico (2022 – 2027). Tribunal de Contas do Estado do Pará.** - Belém: Tribunal de Contas (TCE), 2021. Disponível em: https://www.tcepa.tc.br/images/pdf/planejamento_gestao/RESOLUCAO_19320_e_PE22-27.pdf. Acesso em 05/09/2022, às 09:53.

PAULILLO, Gustavo. **Matriz SWOT**: o que é e como usar na análise estratégica da empresa? Disponível em https://www.agendor.com.br/blog/matriz-swot-como-fazer/. Acesso em 10/02/2024.

VIANNA, Vânia Alves. **Elaboração de planos de capacitação**. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: Elaboração_Planos_Capacitação.indd (enap.gov.br). Acesso em 24/09/2022, às 09:59.

ANEXOS

ANEXO I – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL VIGENTE NA ECAV

Quadro 1. Fundamentação legal e contexto normativo da Ecav

LEGISLAÇÃO	DISPOSIÇÃO
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, § 2º do art. 39.	Constituição da República Federativa do Brasil
Lei n.º 9.394/1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Resolução nº 17.278/2006	Institui a Escola de Contas no TCE/PA.
Resolução nº 17.467/2007	Aprova a instituição do 1º Fórum TCE/PA.
Resolução nº 17.722/2009	Aprova a realização de um Fórum TCE/PA. (Com redação alterada pela Resolução nº 19.599 de 08.02.2024)
Resolução nº 17.775/2009	Institui a Ação Conversando com o Controle Interno. (Com redação alterada pela Resolução nº 19.599 de 08.02.2024)
Resolução nº 17.893/2010	Aprova a denominação da Ecav.
Resolução nº 18.136/2011	Autoriza o TCE/PA a fomentar o controle social através da Rede Pública de Ensino Estadual.
Resolução nº 18.437/2013	Institui o modelo de Gestão por competências.
Ato nº 67 de 8/4/2014	Aprova o Regimento Interno da Escola de Contas “Alberto Veloso” do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
Resolução nº 18.657/2014	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Educação Corporativa (PEC) e Plano de Capacitação dos jurisdicionados.
Portaria nº 28.743/2014	Regulamenta o pagamento das gratificações para o exercício da docência pelos servidores (em atualização)
Portaria nº 28.907/2014	Regulamenta os eventos educacionais promovidos pela Ecav, organizados em programas
Resolução nº 18.665/2015	Autorização para celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado e com o Conselho Regional de Contabilidade, visando ao compartilhamento de ações, métodos e procedimentos nas diversas áreas de atuação profissional.
Resolução nº 18.690/2015	Regulamenta a escolha de servidor para o Conselho Consultivo
Resolução nº 18.771/2015	Aprova os princípios, as diretrizes e as regras para a elaboração e a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Educação Corporativa (PEC) e do Plano de Capacitação

	dos Jurisdicionados.
Portaria nº 41.578 de 2/2/2024	Normas de procedimentos de controle NPC-SED-01/2024 que dispõe sobre as regras gerais e procedimentos de controle necessários para mitigar os riscos atinentes ao atendimento de demandas de capacitação na Escola de Contas Alberto Veloso.

Fonte: Ecav/2024

ANEXO II – DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E SETORIAIS DA RESOLUÇÃO Nº 19224/2020

Quadro 1. Competências Organizacionais e Setoriais a serem desenvolvidas pelos servidores do TCE-PA

COMPETÊNCIA ORGANIZACIONAL	
COMPROMETIMENTO **VISÃO SISTÊMICA** **COMUNICAÇÃO** **CONHECIMENTO DE NORMAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS** **CONFIABILIDADE**	
ÁREA DE ATUAÇÃO	**COMPETÊNCIAS SETORIAIS**
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DO CONHECIMENTO PROATIVIDADE
COMUNICAÇÃO	CAPACIDADE TÉCNICA PROATIVIDADE RELACIONAMENTO INTERPESSOAL
EDUCACIONAL	CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR VISÃO ESTRATÉGICA GESTÃO DO CONHECIMENTO
FISCALIZAÇÃO	CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DO TEMPO
GABINETE CONSELHEIRO/CONSELHEIRO SUBSTITUTO	GESTÃO DO CONHECIMENTO TRABALHO EM EQUIPE LIDERANÇA
INFORMÁTICA	CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DO TEMPO PROATIVIDADE
OUVIDORIA	CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR GESTÃO DE RISCO PROATIVIDADE
CORREGEDORIA	CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR
TÉCNICO JURÍDICA	CAPACIDADE TÉCNICA GESTÃO DE RISCO LIDERANÇA

Fonte: Resolução nº 19.224/2020 / TCE-PA.

Quadro 2. Descrição das Competências Organizacionais.

COMPETÊNCIA	DEFINIÇÃO	DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA		
		CONHECIMENTO	HABILIDADE	ATITUDE
COMPROMETIMENTO	Realizar suas obrigações e deveres com empenho, presteza e seriedade, no tempo determinado, respondendo pelas próprias ações, com base no direcionamento estratégico definido pela organização.	✓ Planejamento estratégico; ✓ Comportamento ✓organizacional; ✓Procedimentos ✓operacionais; ✓Código de Ética.	✓Aprender continuamente; ✓ Cumprimento de metas; ✓Interação com demais ✓processos.	✓Agir com iniciativa; ✓ Motivação; ✓Disponibilidade; ✓Entusiasmo; ✓ Resistência a frustração.
VISÃO SISTÊMICA	Realizar suas tarefas com foco no negócio e na missão da organização considerando a interdependência entre unidades.	✓Missão e Visão do Tribunal; ✓ Conhecimento dos serviços / projetos em andamento; ✓ Planejamento estratégico e de gestão; ✓ Produtos e entregas das áreas; ✓Conceito e características das unidades e da organização.	✓Aprender continuamente; ✓ Interação com os demais processos; ✓Visão global; ✓Análise crítica; ✓Identificar as ligações de fatos particulares do sistema como um todo.	✓Foco em mudanças conjunturais; ✓ Adaptabilidade; ✓Intraempreendedorismo; ✓ Foco em resultado.
COMUNICAÇÃO	Expressar ideias e argumentos de forma lógica e com objetividade, por escrito e oralmente.	✓ Regras gramaticais; ✓ Regras de ortografia; ✓ Técnicas de oratória; ✓ Canais de comunicação; ✓ Linguagem corporal.	✓ Utilizar o tom de voz adequado; ✓ Apresentar ideias de maneira lógica e coerente; ✓ Capacidade de síntese; ✓ Mensagens não verbais; ✓ Atentar ao perfil do ✓receptor da mensagem ✓ Falar em público.	✓ Assertividade; ✓ Saber ouvir; ✓ Concentrar-se no que é dito; ✓ Controle emocional.

CONHECIMENTO DE NORMAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS	Conhecer e aplicar as normas internas e externas relacionadas às atividades do TCE-PA.	✓ Missão e Visão do Tribunal; ✓ Ter conhecimento da existência e da abrangência das normas aplicáveis às atividades do Tribunal; ✓ Desenho de processos; ✓ Ferramentas de técnicas de gestão; ✓ Técnicas e ferramentas de acompanhamento do desempenho.	✓ Aprender continuamente; ✓ Capacidade de análise, convencimento e negociação; ✓ Pensar criticamente; ✓ Melhoria contínua; ✓ Domínio da língua portuguesa; ✓ Comunicação.	✓ Objetividade; ✓ Demonstrar disponibilidade; ✓ Disciplina; ✓ Foco em resultados; ✓ Assertividade.
CONFIABILIDADE	Inspirar confiança na forma profissional como executar as atividades / tarefas no ambiente organizacional.	✓ Conhecimentos específicos da área de atuação; ✓ Código de ética; ✓ Técnicas de transferência do conhecimento.	✓ Administrar situações ✓emergenciais; ✓ Administrar conflitos; ✓Entregar resultados; ✓ Cumprir prazos e metas.	✓ Assertividade; ✓ Motivação; ✓ Comprometimento; ✓ Disponibilidade.

Fonte: Resolução nº 19.224/2020/TCE-PA.

Quadro 3. Descrição das Competências Setoriais.

COMPETÊNCIA	DEFINIÇÃO	DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA		
		CONHECIMENTO	**HABILIDADE**	**ATITUDE**
CAPACIDADE TÉCNICA	Conhecer os elementos teóricos e práticos necessários à compreensão e execução de todas as fases do trabalho	✓Missão e Visão do Tribunal; ✓Ter conhecimento da existência e abrangência das normas aplicáveis às atividades do setor de lotação; ✓Métodos, técnicas e ferramentas de TI; ✓Oportunidades e desafios das áreas de atuação; ✓Técnicas de pesquisa; ✓Técnicas de transferência do conhecimento.	✓ Aprender continuamente; ✓Pensar criticamente; ✓Aplicar técnicas e metodologias em situações reais de trabalho.	✓Adaptabilidade; ✓Entusiasmo; ✓Agir com iniciativa; ✓Motivação para aprender.
GESTÃO DO	Buscar	✓Técnicas de	✓Aprender	✓Proatividade;

CONHECIMENTO	continuamente novos conhecimentos que fundamentem e aperfeiçoem o desenvolvimento do seu trabalho.	pesquisa; ✓Desafios e oportunidades da área de atuação; ✓Criar, manter e disponibilizar mecanismos de disseminação do conhecimento.	continuamente; ✓Didática; ✓Multidisciplinaridade.	✓Atualizar-se profissionalmente; ✓Agir com iniciativa; ✓Adaptabilidade; ✓Comprometimento; ✓Motivação; ✓Entusiasmo ✓Demonstrar interesse nas atualizações.
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	Tratar bem as pessoas, independentemente do nível hierárquico, profissional ou social, influenciando positivamente o ambiente de trabalho e demonstrando compreensão, tolerância e respeito à individualidade, para alcançar os objetivos institucionais.	✓Técnicas de autocontrole; ✓Conhecimento das relações internas; ✓Técnicas de autoconhecimento ; ✓Normas comportamentais; ✓Código de Ética.	✓Administrar conflitos; ✓Comunicação; ✓Autocontrole; ✓Automotivação.	✓Empatia; ✓Competência interpessoal; ✓Inteligência emocional; ✓Adaptabilidade.
VISÃO ESTRATÉGICA	Propor ações alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, compreendendo a importância de seu papel no alcance destes.	✓Planejamento estratégico; ✓Gestão de pessoas; ✓Gestão de projetos; ✓Métodos e técnicas de análise de cenários; ✓Conhecimento multidisciplinar na área de atuação; ✓Conhecimento de organização, sistema e método; ✓Desafios e oportunidades da área de atuação.	✓Pensar criticamente; ✓Estabelecer planos de ação; ✓Tomar decisões baseadas no planejamento estratégico; ✓Visão global; ✓Pensamento a médio e longo prazo.	✓Foco em resultados; ✓assertividade; ✓Adaptabilidade.
GESTÃO DO TEMPO	Definir, sequenciar e determinar a duração e a prioridade das atividades a serem executadas, com foco no cumprimento de prazos acordados.	✓Técnicas de gestão do tempo. ✓Modelos clássicos de gestão. ✓Conhecimento dos processos do TCE-PA; ✓Técnicas e ferramentas de	✓Cumprimento de prazos e metas. ✓Dividir e sequenciar procedimentos; ✓Priorizar as atividades.	✓Motivação; ✓Comprometimento; ✓Visão sistêmica; ✓Agir com iniciativa.

		acompanhamento do desempenho.		
LIDERANÇA	Influenciar e conduzir equipe de trabalho fazendo com que suas ideias e orientações sejam espontaneamente aceitas.	✓Comportamento organizacional; ✓Liderança empreendedora; ✓Gerenciamento e liderança de pessoas, processos e resultados; ✓Com desenvolver pessoas e líderes; ✓Desafios e oportunidades de liderança; ✓Técnicas de *feedback;* ✓Poder de autoridade; ✓Técnicas de condução de reuniões; ✓Técnicas de administração de conflitos; ✓Formação de equipes – estágios e estratégias; ✓Técnicas de motivação e engajamento; ✓Técnicas de resolução de problemas; ✓Avaliação de desempenho.	✓Dar e receber *feedback*; ✓Conduzir reuniões e processos de trabalho; ✓Resolver problemas; ✓Administrar conflitos; ✓Negociar; ✓Formar e conduzir equipes; ✓Comunicação;	✓Postura profissional e ética; ✓Equilíbrio emocional; ✓Poder de influência; ✓Empatia; ✓Cooperação; ✓Colaboração; ✓Comprometimento; ✓Proatividade; ✓Empreendedorismo ✓Resiliência.
GESTÃO DE RISCOS	Identificar, monitorar e controlar os riscos que, por ação ou omissão, podem comprometer resultados esperados para questões institucionais e/ou afetar a integridade do TCE-PA.	✓Ferramentas de técnicas de gestão; ✓Conhecimento dos processos do TCE-PA; ✓Matriz de multicritério; ✓Elaboração e análise de cenário.	✓Aprender continuamente; ✓Pensar criticamente; ✓Tomada de decisão.	✓Agir com iniciativa; ✓Assertividade; ✓Proatividade; ✓Adaptabilidade.
PROATIVIDADE	Analisar e agir sobre as causas dos problemas antes que eles aconteçam sem depender de designação de	✓Missão, Visão e Valores do TCE-PA; ✓Plano Estratégico; ✓Plano de Gestão do Biênio;	✓Aprender continuamente; ✓Cumprimento de metas; ✓Antecipar situações adversas;	✓Agir com iniciativa; ✓Interesse em aprender; ✓Assertividade;

	outrem.	✓Manual e Regimento Interno; ✓Conhecimento específico da área de atuação; ✓Processos internos.	✓Resolução de problemas; ✓Tomada de decisão.	
CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR	Possuir visão generalista das melhores práticas e soluções existentes para a prestação de serviços de controle externo.	✓Conhecimento dos processos do TCE-PA; ✓Técnicas de pesquisa; ✓Cursos de atualização em geral.	✓Aprender continuamente; ✓Pensar criticamente ✓Interação com demais processos ✓Multifuncionalidade.	✓Adaptabilidade; ✓ Entusiasmo; ✓Agir com iniciativa; ✓Motivação para aprender.
TRABALHO EM EQUIPE	Colaborar, cooperar e ajudar os colegas de trabalho, preocupando-se com o crescimento profissional deles, o alcance dos objetivos da equipe e a melhoria organizacional.	✓Técnicas de administração de conflitos. ✓Comportamento organizacional; ✓Técnicas de motivação.	✓Administrar conflitos; ✓Comunicação; ✓Conduzir processos de negociação.	✓Foco em resultados; ✓Assertividade; ✓Adaptabilidade; ✓Motivação; ✓Disponibilidade; ✓Entusiasmo; ✓Cooperação; ✓Colaboração; ✓Inteligência emocional.

Fonte: Resolução nº 19.224/2020.

ANEXO III – RELAÇÃO DE ACORDOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS ENTRE O TCE-PA/ECAV E OUTRAS INSTITUIÇÕES

RESOLUÇÃO	PROCESSO	DESCRIÇÃO
505294/2016	TC/505294/2016	Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e o MPC-PA.
018923/2017	TC/535825/2017	Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e a SEDUC e termo aditivo.
003923/2021	TC/003923/2021	Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e o CRC-PA.
019323/2021	TC/013143/2021	Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e a FACI.
005227/2021	TC/005227/2021	Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE-PA, o TCM-PA e o TCE-PA.
012997/2021	TC/012997/2021	Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e o TCE-MG (em renovação)
0019248/2021	TC/001292/2021	Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e a ATRICON.
019481/2023	TC/021074/2022	Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e o TCM-PA.
021735/2022	TC/021735/2022	Termo de Cooperação Técnica entre a AGE e o TCE-PA.
014937/2023	TC/014937/2023	Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e a UFPA – FADESP (Mestrado profissional em Direito)
008934/2023	TC/008934/2023	Termo de Cooperação Técnica entre a Unyleya e o TCE-PA.
013014/2023	TC/013014/2023	Acordo de Cooperação Técnica entre a EGPA e o TCE-PA.
001974/2024	TC/001974/2024	Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-PA e o CESUPA

Fonte: Ecav/2024